



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

COMISSÃO PERMANENTE

REUNIÃO DE 11 DE SETEMBRO DE 2024

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas e 4 minutos, tendo de seguida anunciado as condições de funcionamento do sistema de contagem do tempo durante as intervenções.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à renúncia ao mandato de um Deputado do PSD e respetiva substituição.

Após ter sido anunciada a retirada do Projeto de Resolução n.º 235/XVI/1.ª e do Projeto de Deliberação n.º 9/XVI/1.ª, deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas

de Lei n.ºs 14, 15 e 18 a 20/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 197 e 215 a 236/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 224 a 234, 236 a 249, 251 a 262, 264 e 267/XVI/1.ª.

Entretanto, o Presidente saudou os Deputados, desejando um bom reinício dos trabalhos parlamentares.

Foi aprovado o Regulamento da Comissão Permanente.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [246/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo BE) — De pesar pelo falecimento de Susana Maria Alfonso de Aguiar (Mísia), [255/XVI/1.ª](#) (apresentado pelo BE) — De pesar pela morte do jornalista

João Paulo Guerra, 260/XVI/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo CH) — De pesar pelo falecimento de José Manuel Constantino e 278/XVI/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PCP) — De pesar pela morte de cinco militares da GNR em Lamego, tendo as respetivas partes deliberativas sido aprovadas (a). Entretanto, o Presidente saudou a presença, nas galerias, do Comandante-Geral da GNR e de uma delegação de militares da GNR, que foram aplaudidos pela Câmara. De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

O Presidente procedeu à leitura da mensagem do Presidente da República sobre a devolução sem promulgação do Decreto da Assembleia da República n.º 11/XVI — Regime jurídico do complemento de alojamento dos estudantes do ensino superior deslocados.

Em declaração política, que intitulou de «o estado a que isto chegou», o Deputado Pedro Pinto (CH) comparou o desempenho do atual Governo com o do Governo anterior.

Em declaração política, o Deputado Rodrigo Saraiva (IL) falou sobre a segurança como um bem essencial para a liberdade, tendo respondido aos pedidos de esclarecimento dos Deputados António Rodrigues (PSD), Rita Matias (CH) e Fabian Figueiredo (BE).

Em declaração política, o Deputado Fabian Figueiredo (BE) referiu-se ao processo de privatização da TAP como um negócio desastroso, defendendo que o Ministro Miguel Pinto Luz não tem idoneidade política para gerir o dossiê. Respondeu, de seguida, aos pedidos de esclarecimento dos Deputados João Vale e Azevedo (PSD), António Filipe (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Isabel Mendes Lopes (L), Carlos Pereira (PS), Paulo Nuncio (CDS-PP) e Bernardo Blanco (IL).

Em declaração política, a Deputada Paula Santos (PCP) acusou o Governo de deixar o Serviço Nacional de Saúde degradar-se, elencando vários dos seus atuais problemas. Posteriormente, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados Marta Martins da Silva (CH), Miguel Guimarães (PSD), Rodrigo Saraiva (IL), Inês de Sousa Real (PAN), João Paulo Correia (PS) e Fabian Figueiredo (BE).

Em declaração política, a Deputada Isabel Mendes Lopes (L) falou sobre o direito a nascer em segurança, referindo-se ao nascimento como um ato social, e recordou os casos de encerramento de urgências obstétricas durante o verão. De seguida, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados Miguel Guimarães (PSD), Paula Santos (PCP), Mário Amorim Lopes (IL), João Paulo Correia (PS) e Fabian Figueiredo (BE).

Em declaração política, o Deputado Paulo Nuncio (CDS-PP) debruçou-se sobre a necessidade de reflexão acerca do efeito dos telemóveis e dos *smartphones* em ambiente escolar, nomeadamente no âmbito das aprendizagens e da saúde mental dos alunos, tendo, seguidamente, respondido aos pedidos de esclarecimento dos Deputados Isabel Mendes Lopes (L), Fabian Figueiredo (BE), Paula Santos (PCP), Mariana Leitão (IL) e Isabel Ferreira (PS).

Em declaração política, a Deputada Isaura Morais (PSD) destacou a sensibilidade, a responsabilidade social e o respeito deste Governo pelos mais desprotegidos, mencionando algumas das medidas tomadas nas áreas do trabalho, da segurança social e da inclusão. Respondeu, seguidamente, aos pedidos de esclarecimento dos Deputados Jorge Galveias (CH), Alfredo Maia (PCP), Isabel Mendes Lopes (L), Tiago Barbosa Ribeiro (PS) e Fabian Figueiredo (BE).

Em declaração política, a Deputada Isabel Ferreira (PS) criticou a atuação do Governo na educação, nomeadamente na preparação do novo ano letivo. De seguida, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados Patrícia Gilvaz (IL), Bernardo Pessanha (CH), Paula Santos (PCP), Pedro Alves (PSD) e Fabian Figueiredo (BE).

Em declaração política, a Deputada Inês de Sousa Real (PAN) falou sobre a violência sexual com base em imagens, propondo medidas de prevenção e combate a estes crimes. Posteriormente, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados Fabian Figueiredo (BE) e Isabel Mendes Lopes (L).

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 249/XVI/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Tenerife e a Las Palmas e 256/XVI/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Dublin.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar dois Deputados do PS a intervir em tribunal.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 16 e 17/XVI/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 263, 265 e 266/XVI/1.^a.

O Presidente (Marcos Perestrello) encerrou a reunião eram 19 horas e 1 minuto.

Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Pedia às autoridades o favor de abrirem o acesso às galerias, para o público poder aceder.

A partir deste momento, está aberta a reunião.

Eram 15 horas e 4 minutos.

Enquanto estamos a organizar o expediente, quero só dar nota de que, como repararam, temos os novos visores de contagem do tempo, que estão colocados estrategicamente, de modo que todos possam ver na perfeição o tempo que está a ser contado para cada uma das intervenções, e que terão a mudança de cor, como foi combinado.

Hoje vamos também estrear o sinal sonoro que assinala os 30 segundos antes do termo e, depois do termo, quando faltam 15 segundos. Esta foi uma das condições previstas quando foi instalado o sistema. Neste momento, vai ser testado também em função do volume. Pode às vezes, hoje, como há menos gente na sessão, parecer um bocado mais elevado, mas isso é a parte de teste, saber se o sinal sonoro corresponde ou não àquilo que era expectável. É só para não estranharem que haja essa sinalização da mudança da cor do tempo disponível.

Dou a palavra ao Sr. Secretário para a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Num primeiro caso, Sr. Presidente, é precedido de uma votação, tratando-se do Parecer n.º 6 da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, de renúncia ao mandato e substituição de Deputado, que vai no seguinte sentido:

«1. A assunção do mandato por Ricardo Alexandre Frade Oliveira (PSD), por efeito da renúncia ao mandato pelo Deputado Eduardo Manuel Drummond de Oliveira e Sousa (PSD), cumpre os requisitos legais, produzindo efeitos a partir do dia 1 de agosto de 2024, inclusive.

2. A Deputada Maria Inês Leiria Barroso (PSD), primeira substituta no círculo eleitoral de Santarém, passa a ocupar, a título definitivo, o lugar deixado vago em virtude da renúncia ao mandato pelo Deputado Eduardo Manuel Drummond de Oliveira e Sousa (PSD), passando a Deputada efetiva.»

Sr. Presidente, teremos de proceder à votação.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar este parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Faça favor de continuar, Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, informo a Câmara da retirada das seguintes iniciativas legislativas: Projeto de Resolução n.º [235/XVI/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que atualize as tabelas de retenção na fonte do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e Projeto de Deliberação n.º [9/XVI/1.^a](#) (L) — Consagração do Dia Nacional da Banda Desenhada Portuguesa.

Informo igualmente a Câmara da entrada de várias iniciativas, que foram admitidas pelo Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, refiro as Propostas de Lei n.ºs [14/XVI/1.^a](#) (ALRAA) — Primeira alteração à Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro – Regime Jurídico da Regularização dos «Chãos de Melhoras»; [15/XVI/1.^a](#) (GOV) — Autoriza o Governo a alterar diversas disposições do Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho, procedendo ainda à revogação do n.º 11 do artigo 90.º do mesmo Código; [18/XVI/1.^a](#) (GOV) — Autoriza o Governo a alterar os requisitos de acesso à profissão da atividade profissional dos marítimos e as regras quanto à nacionalidade dos tripulantes a bordo dos navios ou embarcações, sujeitos ao regime da atividade profissional dos marítimos; [19/XVI/1.^a](#) (GOV) — Proceda à interpretação autêntica do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, que estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social; e [20/XVI/1.^a](#) (GOV) — Proceda à segunda alteração à Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública.

Deram também entrada na Mesa os Projetos de Lei n.ºs [197/XVI/1.ª](#) (Cidadãos) — Proposta de alteração ao regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais – Pelo encerramento do comércio aos domingos e feriados e pela redução do período de funcionamento até as 22 horas; [215/XVI/1.ª](#) (IL) — Alarga o acesso ao Fundo de Garantia dos Alimentos Devidos a Menores e estabelece o menor de idade como requerente; [216/XVI/1.ª](#) (PAN) — Prevê a criação de planos de emergência internos para todos os alojamentos que detêm animais e criminaliza a recusa de acesso para resgate e salvamento dos mesmos em caso de emergência; [217/XVI/1.ª](#) (PAN) — Prevê a criação um plano nacional de resgate animal («112 animal») e de equipas e infraestruturas de resgate animal; [218/XVI/1.ª](#) (CH) — Eleva para os 18 anos a idade mínima para contrair casamento; [219/XVI/1.ª](#) (IL) — Cria o visto humanitário; [220/XVI/1.ª](#) (IL) — Regime de transição relativo à nova Lei de Imigração; [221/XVI/1.ª](#) (BE) — Promoção dos direitos das pessoas com endometriose ou com adenomiose através do reforço do seu acesso a cuidados de saúde e da criação de um regime de faltas justificadas ao trabalho e às aulas; [222/XVI/1.ª](#) (IL) — Colocar no recibo de vencimento dos trabalhadores por conta de outrem os custos suportados pela entidade patronal no âmbito das contribuições para a Segurança Social; [223/XVI/1.ª](#) (BE) — Aumenta o valor do subsídio por morte e o limite do reembolso das despesas de funeral; [224/XVI/1.ª](#) (BE) — Garante o acesso ao regime contributivo da Segurança Social a advogados, solicitadores e agentes de execução; [225/XVI/1.ª](#) (BE) — Aproxima os direitos de advogadas e advogados aos direitos reconhecidos a todos os trabalhadores em situação de doença, incapacidade, luto e parentalidade (Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 131/2009, de 1 de junho, que consagra o direito dos advogados ao adiamento de atos processuais em que devam intervir em caso de maternidade, paternidade e luto e regula o respetivo exercício); [226/XVI/1.ª](#) (BE) — Retira ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P. a competência para a instauração e instrução de processos de execução por dívidas à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores; [227/XVI/1.ª](#) (CH) — Assegura a nomeação de patrono em escalas de prevenção para as vítimas de violência doméstica; [228/XVI/1.ª](#) (PAN) — Cria o estatuto da família de acolhimento temporário de animais de companhia (FAT), cria uma rede de FAT, manual de normas e procedimento e medidas de apoio, valorizando o papel essencial das FAT na proteção animal; [229/XVI/1.ª](#) (PAN) — Assegura o reposicionamento na categoria de enfermeiro especialista das enfermeiras que, por se encontrarem em gozo de licença de parentalidade, licença de situação de risco clínico durante a gravidez ou de direitos análogos, não tenham transitado para essa categoria nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio; [230/XVI/1.ª](#) (BE) — Reposição de direitos a enfermeiras discriminadas por terem sido mães; [231/XVI/1.ª](#) (PAN) — Altera o regime do ordenamento e gestão das praias marítimas, prevendo a possibilidade de permanência e circulação de animais de companhia; [232/XVI/1.ª](#) (PAN) — Consagra limites às comissões bancárias cobradas por operações realizadas através de aplicações de pagamento operadas por terceiros baseadas em contas, procedendo à alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2010, de 5 de janeiro; [233/XVI/1.ª](#) (CH) — Pela proteção do bem-estar animal em contexto de abate religioso; [234/XVI/1.ª](#) (BE) — Valorização remuneratória dos profissionais do Serviço Nacional de Saúde, criação de um regime de dedicação plena e de um estatuto de risco e penosidade; [235/XVI/1.ª](#) (PAN) — Consagra a possibilidade de existirem dois encarregados de educação dos alunos no caso de residência alternada, procedendo à alteração à Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro; e [236/XVI/1.ª](#) (BE) — Promove a gratuidade do ensino superior através do fim das propinas de 1.º ciclo e da limitação das demais taxas (alteração da Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior, Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto).

Deram ainda entrada na Mesa os Projetos de Resolução n.ºs [224/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda que o Governo se comprometa com a proteção da Reserva Integral das Ilhas Selvagens, em cumprimento com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; [225/XVI/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a atribuição de um apoio extraordinário às associações da comunidade portuguesa nas áreas do Rio Grande do Sul, Brasil, gravemente atingidas pelas chuvas e desastres ambientais de abril passado; [226/XVI/1.ª](#) (PAN) — Consagra o dia 18 de julho como o Dia Nacional do Resgate Animal; [227/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um programa «112 animal» que integre equipas de socorro e resgate animal, hospitais de campanha e demais meios de socorro animal em situação de emergência; [228/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela aprovação do V Plano de Ação para a Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos e criação de um novo modelo de financiamento das organizações não-governamentais; [229/XVI/1.ª](#) (BE) — Conclusão do IC3 e construção da nova ponte sobre o Tejo, entre a Chamusca e a Golegã; [230/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de um regime de comparticipação especial dos medicamentos, materiais e dispositivos médicos utilizados no tratamento da epidermólise bolhosa; [231/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que invista no programa «Do

Sol ao Sal», destinado à criação de uma fileira de produção de energia renovável e de baterias sustentáveis, em particular baterias de ião de sódio; [232/XVI/1.^a](#) (L) — Recomenda a publicação da portaria que fixa a tabela de custos para a publicação das decisões autárquicas nos órgãos de comunicação social locais e regionais; [233/XVI/1.^a](#) (BE) — Recomenda ao Governo a revisão da tabela de honorários dos serviços prestados por advogados no sistema de acesso ao direito e aos tribunais; [234/XVI/1.^a](#) (BE) — Recomenda ao Governo que garanta o efetivo acesso ao direito e aos tribunais alargando os critérios para a obtenção do benefício de apoio judiciário; [236/XVI/1.^a](#) (PAN) — Pelo reconhecimento e registo da colónia de gatos («Gatos Parlamentares») residente nos jardins do Palácio de S. Bento; [237/XVI/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que altere as regras de inscrição nas creches aderentes ao programa Creche Feliz dando prioridade a crianças com pais trabalhadores; [238/XVI/1.^a](#) (L) — Recomenda a inclusão da travessia fluvial do Sado entre Setúbal e a península de Troia no passe Navegante; [239/XVI/1.^a](#) (L) — Recomenda a análise e avaliação do contrato de concessão da travessia fluvial do Sado entre Setúbal e a península de Troia; [240/XVI/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a realização gratuita de rastreio da imunodeficiência combinada grave a todos os bebés recém-nascidos em Portugal que realizem o rastreio neonatal; [241/XVI/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a continuidade de implementação da rede de bancos de leite materno, em cumprimento do disposto na lei; [242/XVI/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo a criação da carreira especial de medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde; [243/XVI/1.^a](#) (L) — Vozes femininas são silenciadas na luta pela liberdade no Irão; [244/XVI/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que tome todas as medidas para defender a democracia e o Estado de direito na República Bolivariana da Venezuela; [245/XVI/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que tome medidas de limitação da poluição proveniente do turismo de cruzeiro e assegure uma maior transparência relativamente ao impacto ambiental desta atividade; [246/XVI/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo o reposicionamento na categoria de enfermeiro especialista das enfermeiras que, por se encontrarem em gozo de licença de parentalidade, licença de situação de risco clínico durante a gravidez ou de direitos análogos, não tenham transitado para essa categoria nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio; [247/XVI/1.^a](#) (IL) — Pelo reconhecimento internacional de Edmundo González Urrutia como vencedor das eleições presidenciais venezuelanas de dia 28 de julho de 2024; [248/XVI/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que adote o procedimento necessário para a classificação das Salinas de Rio Maior como imóvel de interesse nacional; [249/XVI/1.^a](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Tenerife e a Las Palmas; [250/XVI/1.^a](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Dublin... Peço desculpa, este projeto de resolução foi retirado, e já tinha sido anunciada essa sua retirada.

Continuo com os Projetos de Resolução n.ºs [251/XVI/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda com urgência à atualização da tabela de honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio judiciário; [252/XVI/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que realize um apelo junto do Governo do Reino da Dinamarca para a libertação imediata e não-extradição do ativista ambiental Paul Watson; [253/XVI/1.^a](#) (PAN) — Institui o dia 22 de dezembro como Dia Nacional do Técnico Auxiliar de Saúde; [254/XVI/1.^a](#) (L) — Recomenda ao Governo que condene a aprovação de legislação anti-LGBTI+ na Bulgária e que desenvolva esforços junto da Comissão Europeia e Conselho da Europa para salvaguarda dos direitos humanos das pessoas LGBTI+ e das suas famílias; [255/XVI/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que condene a aprovação pelo Afeganistão da lei sobre propagação da virtude e prevenção do vício e o *apartheid* de género em curso naquele país contra meninas, raparigas e mulheres; [256/XVI/1.^a](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Dublin; [257/XVI/1.^a](#) (BE) — Recomenda ao Governo português que apele à libertação de Boris Kagarlitsky e que manifeste a disponibilidade de Portugal para o acolher enquanto exilado político; [258/XVI/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo a criação do acesso direto à autoestrada A24 a partir do Núcleo Extrativo da Falperra; [259/XVI/1.^a](#) (PAN) — Pela rejeição do projeto de ampliação da Mina de Alvarrões e pela proteção da Serra da Estrela; [260/XVI/1.^a](#) (CH) — Pela criação do Dia Nacional do Fisioterapeuta; [261/XVI/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure a compatibilização da produção de energia renovável com a proteção do ambiente, a preservação da biodiversidade e a qualidade de vida das populações; [262/XVI/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que altere o Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril, por forma a assegurar atribuição de prioridade na matrícula na educação pré-escolar, no ensino básico e no ensino secundário às crianças e jovens com irmãos a frequentarem o agrupamento de escolas pretendido; [264/XVI/1.^a](#) (L) — Consagração do Dia Nacional da Banda Desenhada Portuguesa; e [267/XVI/1.^a](#) (PAR) — Aprova o Regulamento da Comissão Permanente.

É tudo, Sr. Presidente, muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado pela leitura clara, exhaustiva e precisa com que transmitiu todo esse expediente.

Quero aproveitar também para saudar todos os Srs. Deputados, porque me esqueci de fazer isso no início, desejando que tenhamos uma boa sessão legislativa e que as férias tenham sido bem retemperadoras para todos.

Ora, então, pedia para abrir o sistema de verificação de quórum e registo das nossas presenças.

Pausa.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — O Chega já tem mais um lugar que era do CDS?! Não tenham cuidado, não!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não é que sejam muito diferentes!...

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Então, era necessário que, por bancada, indicassem quem são os Srs. Deputados que estão em regime de substituição, para poder conciliar aquele que é o registo com a respetiva presença.

Começamos pelo Grupo Parlamentar do Chega. Faça favor, Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, permita-me só que o cumprimente a si e a toda a Casa, desejando bons trabalhos parlamentares, neste reinício dos trabalhos parlamentares.

O Deputado Nuno Gabriel está em substituição do Deputado Rui Afonso.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

O CDS-PP não tem nenhuma situação? Não tem, penso eu. Há algum Deputado do CDS que esteja em substituição, para efeitos daquela que era a indicação para a Comissão Permanente? Não deve ter... É dois em um.

Pausa.

Sr. Deputado Hugo Soares, tem alguma indicação nesse sentido?

Pausa.

A Iniciativa Liberal não tem nenhuma situação?

Pausa.

O Partido Socialista tem alguma situação?

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, nós tivemos de fazer algumas alterações, que fomos enviando à medida que fomos tendo conhecimento da necessidade de alterar, sendo que me enviaram agora a última alteração que tivemos de fazer. Foi enviada hoje mesmo, às 11 horas e 41 minutos, mas esta só tem uma pessoa diferente, porque as anteriores já tinham sido feitas.

Eu tenho aqui a listagem das pessoas que foram enviadas neste ofício, que não coincidem, daí estas faltas todas que nos estão a aparecer. Não sei qual é a metodologia que o Sr. Presidente quer agora aplicar: se lemos, se...

O Sr. **Presidente**: — A questão tem a ver com uma questão prática de se conseguirem ou não registar.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Peço desculpa, a informação que tenho da minha chefe de gabinete é a seguinte: a desta data, das 11 horas e 41 minutos, foi uma última alteração, até para permitir a composição da Mesa. Nós fizemos mais duas alterações, que foram enviadas em momentos anteriores, já esta semana. Percebo que esta última não tenha sido possível...

O Sr. **Presidente**: — Então é a última só que conta para efeitos de...

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — O ofício tem todos. Este último ofício tem a listagem dos que estão, efetivamente, escalados para hoje.

O Sr. **Presidente**: — Mas conseguiram registar-se? Parece que essa é...

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Não, não.

O Sr. **Presidente**: — Ai não? Ah, muito bem.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Alguns de nós, os que estavam desde o início, sim, outros não.

O Sr. **Presidente**: — Então é melhor dizer o nome, não é? É melhor dizer o nome dos Srs. Deputados para ficar registado na ata, se não se importa.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Sim. Portanto, só vou ler as substituições ou quer que leia todos?

O Sr. **Presidente**: — As substituições, não é?

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Então, temos o Deputado Carlos Pereira, em substituição da Deputada Elza Pais; a Deputada Joana Lima, em substituição do Deputado João Paulo Rebelo; o Deputado João Paulo Correia, em substituição da Deputada Mariana Vieira da Silva; e o Deputado Pedro Vaz, em substituição do Deputado Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Do Livre não há nenhuma alteração, do Partido Comunista Português também não, do Bloco de Esquerda também não.

Então, faltava só saber, para fechar isto, se do PSD há alguém...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, temos aqui só uma desconformidade, que tem a ver com o Sr. Deputado António Rodrigues, mas eu não tenho a certeza se foi erro dos meus próprios serviços ou se é erro do registo. De qualquer maneira, demos nota de que ele substituiria um dos Deputados que está em falta e depois acertaremos com os serviços. Não há de ser nada que não se resolva.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Pausa.

Está tudo resolvido, vamos avançar.

Temos quórum, está verificado. Podemos passar à ordem do dia e fechar o quórum, a verificação está feita.

A nossa ordem do dia tem um primeiro ponto, que é a aprovação do Regulamento da Comissão Permanente; de seguida, em relação ao guião que temos, conforme acordado na Conferência de Líderes, faremos a leitura dos projetos de voto de pesar e a respetiva votação; o ponto dois, leitura da mensagem do Sr. Presidente da República, passará a ponto três; e depois teremos as declarações políticas.

Quanto ao ponto um, aprovação do Regulamento da Comissão Permanente, vou passar à respetiva votação, porque é do conhecimento de todos.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos, então, à leitura dos projetos de voto de pesar.

O primeiro é o Projeto de Voto n.º 239/XVI/1.^a (apresentado pelo PCP) — De pesar pelo falecimento de Vicente Merendas. Dou a palavra à Sr.^a Deputada Paula Santos para fazer o favor...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, só um instante...

O Sr. **Presidente**: — Não há problema, não tenha stresse, que o stresse não deve ser logo no primeiro dia. À vontade, *keep calm!*

Pausa.

Sr.^a Deputada, nós temos aqui o texto, se precisar...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Podemos passar à frente, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Passamos a outro e depois voltaremos a este. Muito bem.

Então, temos o Projeto de Voto n.º 246/XVI/1.^a (apresentado pelo BE) — De pesar pelo falecimento de Susana Maria Alfonso de Aguiar (Mísia). Peço ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira o favor de o ler.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu no passado dia 27 de julho, aos 69 anos, a fadista Mísia, nome artístico de Susana Maria Alfonso de Aguiar, vítima de doença de que padeceu durante vários anos.

Nascida no Porto, em 18 de junho de 1955, filha de pai português e mãe catalã, Mísia modernizou o fado, introduzindo, por exemplo, novos instrumentos. Foi também cantora de outros estilos e aliou a melhor poesia à sua música.

Numa entrevista dada ao *Expresso*, em 2010, classificava-se como “uma resistente”, explicava que cantava “letras que cortavam com o discurso da tragédia iminente, da marginalidade e da subalternização da mulher. Sempre cantei a mulher afirmativa” e que não teve medo da rutura que introduziu “pelo discurso, pela postura social, pela imagem. E por uma transformação dos parâmetros do fado”.

Nesse campo avançou “sem medo, sem pedir licença”. A propósito desse caminho inovador, recuperou então as palavras de Bette Davis “Quando eu morrer ponham no meu epitáfio — Fez tudo da maneira mais difícil”, sublinhando que “se for fácil e evidente não me interessa”.

Vive no Porto até se mudar para Barcelona, com quase 20 anos, e depois para Madrid, tendo sido bailarina. Quando regressa a Portugal, em 1991, para viver em Lisboa, estreia-se nas gravações musicais com um álbum com o seu nome artístico, eventualmente retirado de uma personagem de García Lorca.

De lá para cá, cantou álbuns com canções e letras onde se pontuam a qualidade e diversidade das participações de outros artistas, escritores e músicos, sempre intrépida, como dela disse o seu colega Sérgio Godinho. Batalhou contra a doença prolongada com toda a sua arte e criatividade.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu pesar pelo falecimento da Susana Maria Alfonso de Aguiar (Mísia) e transmite as suas condolências aos seus familiares e amigos.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Passamos ao Projeto de Voto n.º 255/XVI/1.^a (apresentado pelo BE) — De pesar pela morte do jornalista João Paulo Guerra. Peço à Sr.^a Secretária Joana Lima o favor de o ler.

A Sr.^a **Secretária** (Joana Lima): — Sr. Presidente, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Antigo radialista da TSF, o jornalista João Paulo Guerra, repórter e editor da TSF durante vários anos, faleceu no dia 4 de agosto de 2024 com 82 anos.

Nasceu a 16 de abril de 1942 e iniciou a carreira de jornalista aos 20 anos. Interrompeu a carreira para prestar serviço militar em Moçambique. Ao longo de seis décadas de carreira, editou e publicou vários programas de rádio e suplementos de imprensa.

Fez jornalismo em imprensa, televisão e rádio, tendo sido este último o seu meio predileto. Fez carreira passando pela Rádio Renascença, pelo Rádio Clube Português, pela Rádio Nacional de Angola e pela TSF, tendo ainda fundado a Telefonía de Lisboa. Participou também em cursos de formação profissional para a rádio.

Publicou vários livros, debruçando-se sobre o colonialismo português, as lutas de libertação e o processo de descolonização, dos quais se destacam *Memórias das Guerras Coloniais* (Afrontamento, 1994), *Savimbi — Vida e Morte* (Bertrand, 2002) e *Descolonização Portuguesa — o regresso das caravelas* (Dom Quixote, 1996 e Oficina do Livro, 2009).

No teatro, adaptou *Claraboia*, de José Saramago, para A Barraca, onde a peça foi encenada por Maria do Céu Guerra, sua irmã, que com ele assinou a dramaturgia.

Ganhou uma dezena de prémios pelo seu trabalho jornalístico. Desde o prémio de Rádio da Casa de Imprensa ao Prémio Nacional de Reportagem, passando pelo Prémio Gazeta, foi reconhecido pela qualidade do seu trabalho e pela sua dedicação.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu pesar pela morte do jornalista João Paulo Guerra e endereça à família e amigos sentidas condolências.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, votar a parte deliberativa deste projeto de voto.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Prosseguimos com o Projeto de Voto n.º 260/XVI/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo CH) — De pesar pelo falecimento de José Manuel Constantino. Peço ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira o favor de o ler.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu no dia 11 de agosto de 2024 José Manuel Constantino, figura de enorme relevância para o desporto português, aos 74 anos de idade.

Natural de Santarém, onde nasceu a 21 de maio de 1950, José Manuel Constantino dedicou a sua vida à promoção dos valores desportivos e ao desenvolvimento do movimento olímpico português. A sua liderança e a paixão pelo desporto deixam uma marca indelével no panorama desportivo em Portugal.

Licenciado em Educação Física, pelo Instituto Superior de Educação Física, exerceu na Administração Pública, entre muitos outros, os cargos de membro do Conselho de Fundadores da Fundação do Desporto (2001), de presidente do Instituto do Desporto de Portugal (2002-2005), de presidente do Conselho Nacional Antidopagem (2002-2005), de presidente do Conselho Nacional contra a Violência no Desporto (2002-2005), de presidente da Comissão de Coordenação Nacional do Ano Europeu da Educação pelo Desporto (2003-2004) e de presidente da Confederação do Desporto de Portugal (2000-2002).

Como presidente do Comité Olímpico de Portugal, função que assumiu a partir de março de 2013 e desempenhou até ao último dia da sua vida, José Manuel Constantino será para sempre lembrado pela dedicação ao movimento olímpico português e pelo trabalho em prol dos atletas portugueses. Durante o seu mandato, o desporto beneficiou de avanços significativos, e a sua morte representa uma enorme perda para o desporto em Portugal.

Neste momento de dor, a Assembleia da República manifesta as mais sentidas condolências à família, aos amigos e a todos aqueles que, ao longo dos anos, partilharam com José Manuel Constantino a enorme missão de elevar o nome de Portugal no panorama desportivo internacional. A sua memória e o seu legado continuarão a inspirar as gerações futuras de dirigentes e atletas.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa deste voto de pesar.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Segue-se o Projeto de Voto n.º 278/XVI/1.ª (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PCP) — De pesar pela morte de cinco militares da GNR em Lamego, sendo que assinalo à Câmara a presença do Comandante-Geral da GNR (Guarda Nacional Republicana), o Tenente-General Rui Alberto Ribeiro Veloso, que se faz acompanhar de uma delegação de 19 militares da GNR, presentes na Galeria III.

Peço à Sr.ª Secretária Joana Lima o favor de ler o voto de pesar.

A Sr.ª **Secretária** (Joana Lima): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«No passado dia 30 de agosto, um helicóptero de combate a incêndios despenhou-se tragicamente no rio Douro, junto à localidade de Samodães, concelho de Lamego.

Seguíam a bordo da aeronave seis pessoas: o piloto Luís Rebelo, que foi resgatado com vida, e uma equipa de cinco militares da Unidade de Emergência, Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana — António Pinto, Fábio Pereira, Tiago Pereira, Pedro Santos e Daniel Pereira — que perderam a vida na sequência da queda do helicóptero.

A Assembleia da República, reunida em Plenário, manifesta o seu profundo pesar pela morte de cada um destes militares e endereça às suas famílias, amigos e comunidades de origem as suas mais sentidas condolências, estendendo-as a toda a GNR; e reconhece também, com gratidão, o valor de todos os homens e mulheres que arriscam as suas vidas na proteção dos portugueses e do País.»

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos considerar que a parte deliberativa deste voto de pesar foi aprovada por unanimidade e aclamação.

Peço que guardemos 1 minuto de silêncio em memória de todas as pessoas falecidas.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, com a leitura da mensagem de Sua Excelência o Sr. Presidente da República sobre a devolução sem promulgação do Decreto da Assembleia da República n.º 11/XVI — Regime jurídico do complemento do alojamento dos estudantes do ensino superior deslocados, que é do seguinte teor:

«A Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República,

Tendo em atenção que a matéria versada é de inquestionável pertinência e justiça social e política, e merece, também por isso, clareza no seu regime jurídico, que só em agosto chegou para promulgação, que a solução adotada é para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2025, que, entretanto, o Governo aprovava um regime jurídico sobre a mesma matéria, já entrado em vigor para ser aplicado a partir do iminente início do ano letivo de 2024-2025 e que os dois regimes — o aprovado pelo Governo e vigente e o aprovado pela Assembleia da República — são contraditórios, devolvo, sem promulgação, nos termos do artigo 136.º, n.º 1, da Constituição, o Decreto-Lei da Assembleia da República n.º 11/XVI — Regime jurídico do complemento do alojamento dos estudantes do ensino superior deslocados, solicitando a ponderação da conveniência de existirem, no próximo ano letivo, dois sucessivos regimes diversos ou, no mínimo, de evitar a potencial insegurança jurídica, pelo menos entre setembro de 2024 e janeiro de 2025, com custos sociais indesejáveis para elevado número de estudantes do ensino superior.

Apresento a Vossa Excelência os meus respeitosos cumprimentos,

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.»

Pausa.

Antes de passarmos ao ponto seguinte, o Sr. Deputado Miguel Matos pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, só para dizer que estive aqui presente no período das votações.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, será feito o respetivo registo.

Vamos, então, passar às declarações políticas. A primeira intervenção será do Sr. Deputado Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do Chega, que dispõe de 6 minutos para o efeito.

Depois, seguem-se os pedidos de esclarecimento, conforme o regime habitual: se responderem a cada pedido de esclarecimento individualmente, os Srs. Deputados dispõem de 2 minutos; se for por agrupamento, dispõem de 3 minutos para responder em conjunto aos respetivos pedidos de esclarecimento.

Sr. Deputado Pedro Pinto, dispõe de 6 minutos e de vários *placards* para poder ter atenção à contagem do tempo: começa a verde, passa a amarelo e depois a vermelho, com uma indicação sonora.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Esta declaração política poderia ter como título o estado da Nação ou o estado do Estado, mas será «o estado a que isto chegou».

Oito anos de governação socialista que deixou o País num caos, desde a saúde à educação, passando pela justiça ou pela Administração Pública. Um País à deriva no setor das pescas ou na agricultura, com os nossos pequenos e médios empresários atolados em impostos e sem saberem como pagar os ordenados ao fim do mês. Um País que não é para jovens, porque o PS sempre os mandou emigrar, exportando a geração mais qualificada de sempre e importando o pior que o mundo tem. Um País que não é para idosos, a grande maioria com pensões de miséria, de 200 € e 300 €, depois de terem trabalhado uma vida toda. Um País socialista que alimenta os seus *lobbies*, um socialismo que se habituou a governar com o dinheiro dos outros, sobrecarregando a classe média e o povo com impostos e mais impostos.

Chegou março, veio a primavera, o sol brilhou e os portugueses disseram: «Queremos um Governo de direita em Portugal, um Governo que acabe com as desigualdades, que baixe impostos, que respeite as forças de segurança, que dê dignidade aos bombeiros e aos oficiais de justiça. Queremos um Governo diferente, um Governo que governe, que não se desculpe com o passado e que pense no futuro; um Governo que não traia a esperança dos portugueses.»

Veio abril, maio, junho, e a amizade com António Costa para o levar para o Conselho Europeu. Se a máscara estava presa por um fio, caiu totalmente.

Veio o verão, vieram as férias. O País, felizmente, não ardeu, mas que diferenças encontramos entre o verão de 2023 e o verão de 2024? Poucas ou nenhuma: urgências hospitalares fechadas; doentes em macas, espalhados pelos hospitais; filas de ambulâncias à porta dos hospitais da Universidade de Coimbra; grávidas a terem de percorrer 200 km para serem atendidas; *records* de bebés a nascerem dentro de ambulâncias como se estivéssemos num qualquer país do Terceiro Mundo.

E, depois, vem a Sr.^a Ministra dizer que as grávidas não podem ter as maternidades fechadas. Sr.^a Ministra, lamento informá-la, mas tenho uma novidade para si: quem pode resolver isso — e já devia tê-lo resolvido — é precisamente a Sr.^a Ministra.

Nas nossas escolas, 117 000 alunos vão começar o ano letivo sem professor a pelo menos uma disciplina. Repito: 117 000! Com António Costa eram 80 000; com este Governo, o número aumentou.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Falso!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qualquer semelhança entre o PS e o PSD não é ficção, mas sim realidade.

Aplausos do CH.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — É falso!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Veio o mês de agosto, com as *rentrées* políticas e a propaganda do Governo a funcionar. Muitas propostas, negociações com todos os setores, muito fumo, mas pouco ou nenhum conteúdo. Diversos setores continuam descontentes e os portugueses, particularmente, continuam sem sentir mudanças.

Não posso deixar de falar das nossas forças de segurança. Os políticos deviam corar de vergonha quando continuam a não querer atribuir o valor justo do suplemento de missão à PSP (Polícia de Segurança Pública), à GNR e a todas as outras forças que nos defendem.

Foi mesmo em missão que cinco militares da GNR perderam a vida, num trágico acidente no rio Douro: vinham do combate a um incêndio. Vidas perdidas, famílias destroçadas e alguma classe política a continuar a não dar valor às nossas forças de segurança. Foi a esses homens e mulheres, que nos protegem, que o Estado virou as costas, acenando com migalhas para tentar conquistar eleitorado. Essa mesmas forças de segurança são agredidas diariamente, e assim continua, sem que as penas para os criminosos sejam aumentadas, num País que cada vez mais precisa delas devido ao aumento da criminalidade.

Tanta vez avisámos, aqui, neste Plenário, que os crimes aumentavam, mas o anterior Ministro José Luís Carneiro não nos quis ouvir. Tanta vez o dissemos, e o PSD — hoje no Governo — também não quis ouvir.

Temos um grave problema com a criminalidade em Portugal, graças à imigração descontrolada, à política socialista de portas abertas que a social-democracia teima em não fechar. Ainda hoje, um relatório internacional diz que Portugal passou de 3.º país mais seguro do mundo para 30.º. Repito: passou de 3.º para 30.º! Obrigado ao Partido Socialista, está na hora de abrir os olhos ao PSD.

Entra o mês de setembro e fogem cinco criminosos da prisão de Vale de Judeus. Já tínhamos avisado também em relação ao estado miserável dos nossos estabelecimentos prisionais, às condições de trabalho indignas dos guardas prisionais, num País onde se tratam melhor os criminosos do que quem nos defende. Faltam guardas prisionais!

E veio a Sr.ª Ministra, cinco dias depois, falar ao País. Acordou do seu sono profundo, enquanto cinco criminosos — os mais procurados do mundo — andam a monte. Um deles disse, inclusive, que pensa processar o Estado português. Repito: pensa processar o Estado português! Se não fosse tão grave, seria para rir.

Em vez de dizer que vai arranjar condições para tornar a carreira atrativa, para que haja mais guardas com melhores salários, a Sr.ª Ministra preferiu criticar o seu trabalho e desempenho. Sr.ª Ministra, existem prisões onde, de noite, estão 3 guardas para 600 reclusos. Vou repetir: 3 guardas para 600 reclusos!

Quanto à fuga, a PSP soube três horas depois, a PJ (Polícia Judiciária) demorou cinco horas a ser informada, os mandados de captura surgiram 80 horas depois, e não se fecharam as fronteiras.

Está na altura de o Governo assumir responsabilidades. O que a Sr.ª Ministra deveria ter dito é que a cadeia de Vale de Judeus está há três meses sem diretor; está sem controlo, por incompetência deste Governo, aliado ao que já vinha de trás, dos socialistas.

Mas parece que PS e PSD se entendem bem. Lá andam eles, na calada da noite, a tentar negociar um Orçamento do Estado, na maior traição ao eleitorado de direita. Pensavam que excluía o Chega, e tentam agora maquilhar continuando a dizer que falam com todos.

Nós queremos estabilidade. Ninguém diga que não estivemos disponíveis. O PSD pode preferir o PS, nós preferimos os portugueses.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Não temos pedidos de esclarecimento, e penso que o volume sonoro do aviso dos tempos foi equilibrado.

Para uma declaração política, dou a palavra ao Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente. Sr.ªs e Srs. Deputados: Sejam bem regressados à sessão legislativa.

A segurança é um bem essencial, não só ao País enquanto entidade política ou à Nação como coletivo de pessoas; ela é fundamental para que cada um dos cidadãos possa viver em liberdade, constituindo-se, assim, a segurança e a liberdade como duas faces da mesma moeda. Esta é, aliás, uma velha dicotomia ideológica.

A tradição política determinou que a esquerda deve preferir a liberdade à segurança, enquanto a direita irá priorizar sempre a segurança face à liberdade — como se se tratasse de um jogo de soma zero, o que é inevitavelmente verdade.

Mais do que competir por primazia, segurança e liberdade podem e devem equilibrar-se, com respeito por preceitos constitucionais e legais, através de políticas realistas e adaptadas às ameaças modernas, a bem de todos, a bem de cada um.

A segurança de qualquer país reveste-se de várias dimensões, requerendo a existência de diversos organismos que procuram responder, cada um deles, a tipos específicos de ameaças. Portugal não é diferente, estando a segurança do Estado e das pessoas entregue às forças e serviços de segurança: às diversas polícias, incluindo a GNR, e também aos serviços de informações; em situações-limite, as Forças Armadas, responsáveis pela defesa do Estado, podem também colaborar na sua segurança; e, finalmente, a Proteção Civil, com os seus diversos organismos, zela por outro tipo de segurança, designadamente a que se enquadra no âmbito dos desastres naturais.

A ausência de um conceito legal de segurança nacional, no ordenamento jurídico português, que integre a miríade de organismos e conceitos numa estratégia comum, com objetivos unívocos, é, em si mesma, um risco. Em tempos que já não distinguem fronteiras, com ameaças cada vez mais complexas e onde termos como «segurança interna» são cada vez mais anacrónicos, Portugal, como membro fundador da NATO (North Atlantic Treaty Organization), não pode ser o elo mais fraco de uma aliança que está sob a hostilidade de potências com capacidade e vontade de a enfraquecerem.

Por outro lado, esta miríade de organismos e conceitos, ainda que necessária, facilita a confusão conceptual, a perda de foco estratégico e a descoordenação operacional. Pior, desresponsabiliza quem crê, erradamente, que não é sujeito ativo de segurança porque não é membro das forças e serviços de segurança. Mas, pelo contrário: em diferente grau e natureza, como é óbvio, todos somos agentes de segurança, nomeadamente os funcionários do Estado, que têm obrigações especiais em garantir a segurança de instalações, equipamentos, documentos e informação, sejam eles mais ou menos sensíveis.

Todos os funcionários públicos devem ter formação nestas matérias, todos os cidadãos devem ter contacto com estas noções — por exemplo, no seu percurso escolar —, porque, sim, todos somos agentes de segurança.

Mas enquanto o conceito de segurança nacional não for objeto de consensualização política — à imagem do que sucede com o conceito estratégico de defesa nacional — e de sedimentação no quotidiano social, com aplicação concreta na organização do aparelho de segurança nacional e reflexos diretos na capacidade de resposta das forças e serviços de segurança, o nosso País corre o sério risco de ser olhado por parceiros e adversários como um ponto vulnerável, com todas as consequências associadas.

Para uma tentativa de coordenação desta miríade, foi criado, em 2008, o Sistema de Segurança Interna (SSI), com competências reforçadas face ao anterior Gabinete Coordenador de Segurança. Com dificuldades em se impor, o SSI lá foi fazendo caminho até ao recente 7 de setembro de 2024, dia em que, face à fuga de cinco reclusos perigosos de um estabelecimento prisional nacional, as forças e serviços de segurança com responsabilidades se juntaram, trocaram informações, articularam estratégias e prestaram informações à comunidade, sob a égide daquele órgão.

Mesmo que venham a ser atribuídas mais competências ao SSI, sobretudo no plano estratégico, nenhum destes esforços — os que já foram feitos e os que faltam fazer — terá resultados sem existir uma alteração profunda no paradigma político da segurança que dê respaldo a um investimento decisivo nestas estruturas, respondendo de vez às gritantes carências de recursos humanos e materiais que embaraçam e verdadeiramente ameaçam Portugal e os portugueses.

A Iniciativa Liberal poderia hoje, aqui, referir que o Estado falha em funções de soberania por querer estar em demasiadas áreas e funções. Isto é verdade, mas no que diz respeito à segurança de todos, há ainda outro problema. A recente fuga de cinco prisioneiros de uma prisão; o assalto às instalações da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna; o assalto a Tancos, em 2017; o furto de armas *Glock* à PSP, conhecido em 2018; o fim de uma polícia indispensável, o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras); o caso do espião Carvalhão Gil; ou a aquisição, atualmente em andamento, de *scanners* chineses para os portos nacionais: são indícios inequívocos deste problema — em Portugal, não existe uma cultura de segurança.

Todos estes casos teriam sido provavelmente evitados se existisse uma cultura de segurança consolidada que suscitasse, naturalmente, o investimento necessário e a adoção de medidas preventivas eficazes enquanto procedimento de rotina.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Portugal beneficia da sua dimensão, da sua situação geográfica e da sua história, que há pelo menos dois séculos mantém o território nacional livre de guerras. Por outro lado, os traumas

decorrentes dos 48 anos de ditadura, no século XX, determinaram uma repulsa social quase epidérmica à ideia do reforço da segurança do Estado, como se o sonho deste País de brandos costumes fosse espontâneo e naturalmente perpétuo; será assim até deixar de o ser, ou por força de uma reforma política, ou por força das circunstâncias. No último caso, resta saber se estamos preparados para o seu eventual custo.

Estamos preparados? Estamos prontos? — é a pergunta que nos devemos fazer.

Da nossa parte, não queremos que o País e quem cá vive sejam vítimas das circunstâncias. Da nossa parte, segurança e liberdade são duas faces da mesma moeda, que permite a cada indivíduo desenvolver o percurso de vida que escolhe, em segurança e em liberdade.

Aplausos da IL.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O que vale é que há as «esquadras» chinesas, senão ainda era pior!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem três pedidos de esclarecimento, aos quais nos indica que responderá em conjunto.

Para pedir esclarecimentos, dou a palavra ao Sr. Deputado António Rodrigues, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, agradeço o facto de ter trazido este tema à Assembleia da República, mesmo na Comissão Permanente, porque esta é, de facto, uma matéria sobre a qual pouco discutimos e pouco refletimos. Para além da espuma dos dias, importa abordá-la ponderadamente, refletidamente, como teve oportunidade de fazer — e, como lhe digo, partilho da sua preocupação relativamente a estes assuntos.

Mas hoje é também um dia muito particular, que importa ressaltar: o 11 de setembro, um dia de má memória em que a segurança mundial, porventura, foi posta em causa.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Também é Dia do Bombeiro.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — E nunca nos podemos esquecer deste assunto, porque esta matéria pôs em causa o paradigma da segurança, não apenas num país, mas, acima de tudo, em todos os sistemas ocidentais que se preocupam com ela.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Há uma conclusão a que o Sr. Deputado chegou e com a qual também não posso deixar de concordar: segurança e liberdade não têm de estar em lados opostos nem têm de ser faces diferentes de uma moeda; têm de estar a par, porque constituem um momento em que todos os cidadãos refletem e se inteiram, dentro de uma mesma comunidade.

Agora, nós precisamos de ir mais longe do que a uma reflexão. Temos um excesso de organismos, um excesso de estruturas, um excesso de oportunidades que, muitas vezes, são incapazes de se articular e de conseguirem levar a bom porto essas mesmas realidades.

Pelo nosso lado, o Governo, principalmente, tem tentado adotar uma preocupação sobre os agentes, sobre os recursos humanos que as nossas forças de segurança têm, e, no tempo que teve, manifestou esse mesmo reconhecimento atribuindo-lhes um suplemento. Seguramente, não foi aquele com que concordavam ou de que mais gostavam,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Deviam ter vergonha!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... mas, acima de tudo, foi um momento para lhes dizer: «Nós estamos aqui, prontos para vos ajudar nesta tarefa conjunta de conseguir fazer isso.»

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Com 104 €, deviam ter vergonha!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Por isso, Sr. Deputado, mais do que fazer-lhe uma pergunta, faço a partilha desta reflexão consigo, para que nós próprios, daqui para a frente, tenhamos mais coincidências do que divergências relativamente a esta matéria.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, a Sr.^a Deputada Rita Matias, do Chega, dispõe de 2 minutos. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, a história recente tem dado cada vez mais razão à fundação do Chega.

Repare: há cinco anos, o Chega falava da «bandalheira na justiça», e aquilo que vemos é que os crimes de José Sócrates estão quase a prescrever enquanto, lá fora, temos mulheres que lutam porque a guarda dos seus filhos foi atribuída ao seu agressor ou ao seu violador.

Falávamos numa «bandalheira na corrupção», e aquilo que vimos, no anterior Governo, foram 14 demissões de membros desse Governo por escândalos e por casos de corrupção.

Falávamos também na questão da insegurança, e falávamos de outra bandalheira, da «bandalheira da imigração», e eu queria trazer um dado para a discussão: segundo um relatório já aqui citado hoje, Portugal «caiu» de 3.^o país mais seguro para o 30.^o lugar, e gostava que nos soubesse identificar... Elencou uma série de questões que podem desafiar a segurança, mas omitiu a questão da imigração e dos desafios que pode trazer para a segurança nacional.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Queria perguntar se essa omissão foi lapso, se foi esquecimento, ou se foi porque a Iniciativa Liberal, que hoje acordou de direita — como disse ali, da tribuna —, não reconhece que a imigração traz fatores de insegurança.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Poderia dizer-me que «não temos dados nem relatórios que nos permitam aferir se a imigração está relacionada com a insegurança», mas eu gostava que refletisse comigo: se, por um lado, abrimos a porta sem critérios, se atribuirmos a nacionalidade a qualquer pessoa, como se fosse um brinde do *Happy Meal*, e se, por outro lado, tivermos comissões, parlamentos e organismos que pressionam os *media* para que não divulguem a nacionalidade dos criminosos, será que poderemos, de alguma forma, relacionar e saber a verdade?

Sabemos que os comentadores do regime dizem que há falsas perceções de insegurança. Esta é a visão da Iniciativa Liberal?

Por fim, uma questão-chave: o Chega vai sair à rua no dia 21 de setembro para defender o controlo de fronteiras, em nome da segurança dos portugueses,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... porque os portugueses assim nos pedem.

Aplausos do CH.

PS e Bloco de Esquerda convocaram agora uma contramanifestação, porque dizem que é racismo. De que lado vai ficar a Iniciativa Liberal? Vai ficar do lado da defesa de Portugal e dos portugueses, ou vai querer contribuir para a bandalheira em que Portugal se está a tornar?

Aplausos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O PS ainda vai fazer uma manifestação!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, começo por cumprimentá-lo, esperando que tenha tido umas ótimas férias.

Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, queria cumprimentá-lo pela sua intervenção e pela reflexão filosófica que nos traz. Liberdade, igualdade e segurança não são incompatíveis, mas é das ilações que retiramos desta relação dialética que devemos chegar a conclusões.

O caso da prisão de Vale de Judeus é grave, suscita alarme público e social, mas não era nenhuma novidade o estado em que a prisão se encontrava, como não é, aliás, nenhuma novidade o estado em que se encontra, há anos, a rede de estabelecimentos prisionais em Portugal. Não faltam relatórios, não faltam diagnósticos, é do conhecimento da generalidade dos Deputados e dos diversos ministros da tutela; não faltam, aliás, planos de investimento sucessivamente colocados na gaveta — e isso envergonha o País e a República.

E porque é que envergonha? Porque o resultado dessa política de desinvestimento é plasmado em relatórios internacionais que concluem, sucessivamente, que Portugal não só não cuida da segurança das prisões como não cuida da segurança e dos mínimos de dignidade humana da população prisional que tem a seu cargo. Do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, da EUROJUST (Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal), etc., não faltam referências ao facto de o Estado português não cuidar da segurança e da liberdade limitada que a população prisional a seu cargo deve merecer.

Por isso, pergunto à Iniciativa Liberal se não acha que é chegado o tempo de haver um plano de investimento público sério, que garanta que as prisões, que já deviam estar fechadas há anos, onde se violam os direitos humanos sejam encerradas; um plano que garanta que as prisões de alta segurança deixem de ser notícia por razões como as suscitadas com a fuga da prisão de Vale de Judeus.

Pergunto ainda se faz algum balanço da fusão irresponsável da Direção-Geral dos Serviços Prisionais e do Instituto de Reinserção Social, e se não é tempo de o País ter uma verdadeira política de inserção social.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra ao Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, queria agradecer aos Deputados António Rodrigues, Rita Matias e Fabian Figueiredo por estas questões.

Começando pelo Sr. Deputado António Rodrigues, do PSD — percebeu aquilo que fiz, e que acho que foi mais uma reflexão do que uma declaração política, como formalmente se designa —, ainda bem que recorda a data do 11 de Setembro e aquilo que, infelizmente, sucedeu na altura, em Nova Iorque, porque também nos traz à memória o que aconteceu com muitos Governos, por este mundo fora, ao sobreporem «sem rei nem roque» a segurança à liberdade. Foi exatamente essa a reflexão que fiz dali, da tribuna, a de que segurança e liberdade não se podem sobrepor uma à outra, pois são duas faces da mesma moeda.

E seja a desgraça do 11 de Setembro, sejam outras que acontecem, também nos deve trazer à memória outra coisa: quando políticos — e não só de governos — usam o medo das populações, o medo dos indivíduos, para sobreporem a segurança à liberdade. E isso nunca irá ter o acordo da Iniciativa Liberal.

E, como disse, nós desejamos que a segurança nacional, como tem sido o caso da defesa nacional, seja consensual, e acho que a Assembleia da República deve caminhar nesse sentido.

Sr.^a Deputada Rita Matias, não sei a que estudo se refere, porque os estudos que nós conhecemos, enquanto Deputados, que têm sido entregues nesta Casa, o que demonstram é que a imigração não causa o aumento da insegurança. Portanto, até lhe posso devolver uma pergunta: o que é que o Chega respondeu aos parceiros sociais que foram às suas jornadas parlamentares — nomeadamente das confederações do turismo e da agricultura — dizer que é preciso imigração porque, senão, social e economicamente, o País vai mais para o fundo? Essa é que é a pergunta que fica. Como é que respondem quando os parceiros sociais, que conhecem a realidade do dia a dia, os problemas que existem ou não existem, vos dizem que o que vocês andam a dizer não bate a bota com a perdigota, não é real, não é verdade?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, não!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — A dúvida é mais essa. Portanto, relativamente à vossa manifestação, obviamente, não estaremos ao vosso lado nesse tema, porque discordamos plenamente da vossa visão.

Relativamente ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, nós também discordamos muito quanto à visão sobre o investimento público. Sim, chegou o tempo de o investimento público ser feito, mas naquelas que são as funções onde o Estado deve estar. Porque tem falhado o investimento público no País? Porque o Estado está em demasiados sítios onde não tem de estar, e o dinheiro é como a manta de uma pessoa na cama: tapa os ombros, tapa os pés, tapa os ombros, tapa os pés, e depois não dá para tudo.

Portanto, se o Estado estivesse focado — como eu disse ali da tribuna, e bem, porque também é verdade — nas funções de soberania, iria conseguir não só fazer o investimento público devido, mas executá-lo. Porque anos com pseudoinvestimento público, nunca executado, foram os tempos de um Governo PS, chamado também da geringonça, que teve o apoio do Bloco de Esquerda.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda. Dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Proponho que façamos um exercício radical sobre a TAP (Transportes Aéreos Portugueses). Discutamos factos.

Primeiro facto, a TAP dá lucro. Vejamos os números: 65,6 milhões, em 2022; 117 milhões, em 2023, depois de 4000 milhões de euros de receitas; segundo semestre de 2024, 72 milhões, resultado líquido positivo de 400 000 €.

Segundo facto, a dívida da TAP tem baixado de forma consistente. Vejamos o rácio da dívida: 5,2; 2,6; 2,1.

Terceiro facto, o número de passageiros transportados tem aumentado.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É a privatização!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Vejamos os números: 13,8 milhões de passageiros, 15,9 milhões de passageiros, 7,7 milhões de passageiros só no primeiro semestre.

Quarto facto, a TAP tem um papel central na economia portuguesa: 2 % do produto tem sido comparado ao da Autoeuropa; mais de 1000 milhões de euros pagos a empresas nacionais é quanto adquire a TAP a cada ano; 90 % das pessoas que entram em Portugal fazem-no por via aérea — só a TAP transporta metade.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, factos são factos, coisa que mesmo com algum esforço até o mais obstinado dos liberais é obrigado a reconhecer.

É claro que os factos, como sempre acontece quando estão em causa processos de privatização, pouco interessam à direita.

A direita não quer saber dos factos sobre a sustentabilidade da empresa, apenas quer vendê-la a todo o custo.

A direita não tem interesse nos factos sobre o impacto da TAP na economia portuguesa, apenas quer desbaratar esse ativo estratégico do País.

A direita não quer sequer saber do interesse nacional, quer mesmo entregar mais uma empresa pública a qualquer grupo económico estrangeiro, a começar pela Lufthansa, porque, já se sabe, os Governos do PSD nunca hesitam na proteção da economia, desde que seja a economia alemã.

No que toca a entregar recursos públicos aos interesses económicos, a direita tem, aliás, uma estranha coerência: quando uma empresa pública dá prejuízo, não hesita. Em vez de a pôr a funcionar, quer vendê-la porque dá prejuízo. Quando uma empresa pública dá lucro, também não hesita. Em vez de aproveitar o que funciona, quer vendê-la porque dá lucro. «Não deixemos que um bom facto nos estrague um mau negócio», parece ser o mantra da direita em cada processo de privatização.

E de maus negócios percebe o Sr. Ministro Miguel Pinto Luz: assinou de madrugada, em nome de um Governo demitido, um documento essencial para o negócio com que David Neeleman comprou a TAP com dinheiro da própria TAP.

Bem sei que há quem diga, num derradeiro esforço para defender o indefensável, que Miguel Pinto Luz não assinou nenhuma peça processual, mas há uma coisa que nem o mais encartado dos comentadores dominicais pode negar: a assinatura na carta de conforto, peça-chave na ruinosa privatização da TAP na 25.^a hora do Governo de Passos Coelho, é mesmo de Miguel Pinto Luz, o mesmo Miguel Pinto Luz que — imagine-se! — foi agora escolhido por Luís Montenegro, Primeiro-Ministro, para vender a TAP pela segunda vez.

Ouvimos Miguel Pinto Luz dizer, há um ano, e cito: «só posso desejar que, depois de tudo o que aconteceu, o novo processo de privatização seja tão transparente, acautelado e bem-sucedido como o de 2015.»

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — É verdade! Bem-dito!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Parece uma piada de mau gosto, mas a citação é mesmo do Sr. Ministro. Transparente é o que chamou à opacidade de um negócio que está a ser investigado pelo Ministério Público; acautelado foi o que chamou ao negócio em que um empresário comprou uma empresa pública portuguesa com o dinheiro dessa empresa;...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Falso!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... bem-sucedido foi o que chamou a este negócio desastroso.

Numa única coisa o Sr. Ministro Miguel Pinto Luz tem razão: a única novidade é não haver novidade nenhuma, e isso só torna as coisas bem mais graves.

Que a privatização da TAP foi um negócio desastroso, já todos sabíamos. Foi isso que concluiu uma comissão de inquérito proposta pelo Bloco, foi isso que confirmou a auditoria da IGF (Inspeção-Geral de Finanças), e foi essa auditoria que o Governo teve de enviar para o Ministério Público.

Que David Neeleman comprou a TAP com o dinheiro da própria TAP é um facto.

Que um governante que esteve envolvido nesse processo não tem agora idoneidade política para gerir o dossiê é um outro facto.

Que a única coisa pior do que haver uma privatização ruinosa é haver duas privatizações ruinosas é um facto.

O problema do Primeiro-Ministro não é apenas com a TAP, é mesmo com os factos.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem vários pedidos de esclarecimento. Estamos a contabilizá-los.

Pausa.

O Sr. Deputado tem sete pedidos de esclarecimento. Responde dois a dois?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Responderei em dois momentos: quatro primeiro e três depois.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

O primeiro pedido de esclarecimento é do Sr. Deputado João Vale e Azevedo. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, reconhece ou não que o relatório da IGF não revela rigorosamente nada de novo relativamente aos contornos da privatização da TAP em 2015? Sublinha o conhecimento do Governo da altura desses contornos, o que não é novo ou surpreendente.

Reconhece ou não que, fruto de uma gestão calamitosa e de decisões concretas, para as quais também agora a IGF não vislumbrou qualquer racional, a TAP chega a 2015 com uma situação desesperada,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS): — Muito bem!

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — ... sem que o Estado pudesse capitalizar a empresa, sem acesso a crédito e sem dinheiro para pagar combustível, salários ou cumprir contratos de aquisição de aviões com a Airbus? Reconhece ou não que era esta a situação da empresa?

Reconhece ou não que a questão da compra da TAP com o próprio dinheiro nunca foi suscitada nesses termos, nem sequer no relatório da IGF, e que se trata de um absurdo lógico?

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Claro!

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — As garantias da TAP em montantes equivalentes aos da injeção dos fundos Airbus valeriam zero, caso a TAP ficasse insolvente.

Vozes do PSD: — Claro!

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — Reconhece ou não que o relatório da IGF refere zero vezes — zero vezes! — as palavras «ilegalidade» ou «ilicitude» e zero vezes a palavra «crime»?

Reconhece ou não que se há, neste momento, qualquer dúvida adicional sobre a legalidade do processo, ela deve ser dirimida pelo Ministério Público, a quem o relatório foi imediatamente remetido pelo Governo, num exercício de transparência?

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — Reconhece ou não que até hoje todas as entidades com obrigação formal e institucional de fiscalização e acompanhamento, incluindo o Tribunal de Contas, nunca questionaram a legalidade de todo o processo?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — O Sr. Deputado não percebe que é ridícula a exigência de afastar o Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação do processo de privatização que irá decorrer? O Sr. Ministro Miguel Pinto Luz teve uma participação absolutamente residual no processo: não o desenhou; testemunhou, assistiu. As decisões e o vínculo do Estado deram-se todas antes de o Ministro Miguel Pinto Luz ser, durante 27 dias, secretário de Estado.

Finalmente, porque não fica escandalizado o Bloco de Esquerda com o ensurdecedor silêncio do ex-Ministro e atual Secretário-Geral do PS, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, em relação ao pagamento de 55 milhões de euros a David Neeleman para sair da TAP em 2020, caso único no mundo?

Reconhece ou não que a não disponibilização de informação à IGF sobre o processo de renacionalização é gravíssimo? Aceita que se diga simplesmente que os advogados é que acertaram os valores?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, é hoje muito claro que o maior problema da TAP não era a indemnização da Dr.^a Alexandra Reis. Como o PCP disse na altura — aliás, até contra a vossa opinião —, o problema estava na privatização e devia aí centrar-se, de facto, o inquérito parlamentar. Isso tornou-se inevitável. O problema maior foi a privatização. E agora, Sr. Deputado, o problema não é saber quem é que privatiza — se é mais Pinto Luz, se é menos Pinto Luz. O problema está na possibilidade de privatização.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O problema também não é saber quem é que compra — se é a Lufthansa, se é a Iberia ou quem é. O problema fundamental não é esse.

O problema não é querer saber quanto é que oferecem pela TAP.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Então, não há problema nenhum!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — A questão é saber se queremos que Portugal tenha uma companhia aérea de bandeira, capaz de defender o interesse nacional e a economia portuguesa e capaz de corresponder às missões de serviço público, que são fundamentais, designadamente na ligação às regiões autónomas e na ligação às grandes comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Bem colocado o problema!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É essa a questão, Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

E eu lembraria o seguinte: se a TAP tivesse ficado em mãos privadas, hoje não teríamos esta discussão, e por uma razão muito simples, porque a TAP hoje...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não existia!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Existia, existia!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... não existiria, pura e simplesmente, e esta discussão não faria, efetivamente, qualquer sentido.

A questão que coloco é esta, Sr. Deputado: não acha que estas são razões suficientes para que hoje se lute intransigentemente contra a possibilidade de privatização da TAP?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, tem a palavra para um pedido de esclarecimento. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Cumprimento o Sr. Presidente e as Sr.^{as} e os Srs. Deputados, desejando um bom regresso aos trabalhos parlamentares.

Agradeço também ao Bloco por este tema que nos traz, porque, de facto, este investimento e as injeções de capital que foram feitas na TAP foram talvez o negócio não só mais ruinoso, mas o bilhete mais caro da história que os portugueses tiveram de pagar e que, no fundo, foi utilizado, de acordo com este relatório, para se financiar e capitalizar os interesses privados.

Na verdade, e como já aqui foi dito, a indemnização foi a ponta do icebergue, porque o que o relatório nos vem dizer é que há, de facto, um dano e uma lesão do ponto de vista financeiro numa operação, numa ginástica financeira nebulosa, que, se fosse numa empresa que não tivesse sido injetada com dinheiros públicos, poderia ainda, dentro da margem da legalidade, não levantar qualquer questão. Porém, sendo 3,7 mil milhões de euros,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ah, 3,7 mil milhões, agora sim!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... faziam falta para temas de que ainda hoje estivemos aqui a falar — a segurança e os estabelecimentos prisionais, o regresso às escolas, os hospitais —, para que, efetivamente, os portugueses, ano a ano, pudessem ter uma melhor qualidade de vida, que não têm.

E sabemos que há, de facto, um debate em que podemos divergir ou convergir politicamente, consoante a posição ideológica, que tem a ver com a privatização ou com a nacionalização da TAP; mas há uma questão em que, creio, todos devemos convergir.

Por isso, Sr. Deputado, gostaria de o questionar sobre se acompanha o PAN no entendimento de que, independentemente do destino da TAP, e tendo o Governo decidido pela sua reprivatização, deveria haver um debate mais alargado à sociedade civil,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Um referendo!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... para que todos os portugueses pudessem, de facto, pronunciar-se, participar e dizer qual o destino do dinheiro que investiram na TAP e se querem ou não esta privatização. Porque uma coisa é certa: à semelhança de outros países, como foi o caso da Lufthansa, é importante que todos os cêntimos dos nossos impostos, dos impostos dos portugueses, sejam devolvidos neste negócio. E Miguel Pinto Luz não tem a dignidade política para conduzir esta privatização.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, obrigada por nos trazer o tema da TAP, e tenho pena de não o discutirmos aqui de forma mais alargada esta tarde.

A TAP é um ativo muito importante para o País e é um ativo estratégico. Faz ponte com tantos destinos e tantas origens e ligação com tantas pessoas do mundo, e pode ser muito mais do que isso. Por isso, nós entendemos que a TAP não deve ser privatizada. Consideramos que é um fator essencial para o novo modelo de desenvolvimento, até porque podemos incorporar a investigação em engenharia aeronáutica, em engenharia de materiais, na utilização de combustíveis ecológicos.

Portanto, tudo isto faz parte de um novo modelo de desenvolvimento para Portugal, e a TAP tem aqui um papel essencial. Não deve ser privatizada, não deveria ter sido privatizada em 2015, ainda por cima por um Governo de gestão. Agora, temos à frente do processo de privatização da TAP um ministro que sabia do esquema com que a TAP foi privatizada em 2015, e não o impediu.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Esquema?! Não há esquema nenhum!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Esquema?! Esse é um termo muito grave!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Mas temos mais do que isso. Temos também um Ministro das Infraestruturas que passou para trás o concurso para a aquisição de comboios de alta velocidade da CP (Comboios de Portugal), quando sabemos que aqui tem de haver uma estratégia integrada entre o transporte aéreo e o transporte ferroviário. Ou seja, parece-nos que Miguel Pinto Luz não tem, de facto, a visão necessária para ter uma política de mobilidade integrada e ecológica em Portugal.

E, por isso, queremos reforçar o que já foi dito: sim, parece-nos que Miguel Pinto Luz não tem as condições para continuar à frente deste processo de privatização da TAP, mas, mais do que isso, parece-nos que o

processo de privatização da TAP não deve continuar, deve ser encerrado e deve ser, sim, encontrado um plano para a TAP, um plano estratégico para a TAP que incorpore também uma estratégia para a ferrovia em Portugal, e parece-nos claramente que Miguel Pinto Luz não é a pessoa para estar à frente deste processo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, para responder. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, agradeço aos Srs. Deputados João Vale e Azevedo e António Filipe e às Sr.^{as} Deputadas Isabel Mendes Lopes e Inês de Sousa Real as perguntas.

Sr. Deputado João Vale e Azevedo, teria sido bom que esta tarde tivéssemos tido a oportunidade de ouvir o Sr. Ministro Miguel Pinto Luz,...

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

... não fosse uma coligação do PSD, CDS e Chega ter obstaculizado esse debate, aqui.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mentiroso!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não tem nada a ver com isso!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Teria sido útil que o Sr. Ministro tivesse tido a oportunidade de se dirigir à Assembleia da República e prestar todos os esclarecimentos, porque os factos todos nós conhecemos.

Por isso, devolvo-lhe a pergunta, Sr. Deputado. Ele deve ter lido o relatório como eu li, portanto, nas conclusões prévias deve ter lido que a TAP foi obtida com fundos da Airbus S.A.S., com base no denominado «*Framework Agreement*», celebrado entre as empresas Atlantic Gateway, DGN e Airbus, em junho de 2015.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E qual é o problema?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E as contrapartidas, Sr. Deputado, fazem com que a TAP assuma, em caso de incumprimento dos acordos de aquisição das 53 aeronaves, a indemnização total de 226 milhões de dólares.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Mas não aconteceu!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O que é preciso acrescentar é que isto é feito com uma garantia pública que o Sr. Ministro Miguel Pinto Luz, na altura secretário de Estado, dá, à 25.^a hora, de 600 milhões de euros de garantia pública — 600 milhões de euros de garantia pública! —, facto com o qual se esqueceu de me confrontar, Sr. Deputado.

A isto acresce o seguinte, Sr. Deputado: sem dúvida que a entrega de 55 milhões de euros a Neeleman é errada, sempre o dissemos, estamos totalmente de acordo. Como, aliás, é também condenável o esquema que David Neeleman e a restante administração montaram para fugir aos impostos e para incrementar em vários milhões de euros os seus salários, coisa que também está no relatório da IGF.

Portanto, da lisura do processo estamos falados, e é por isso que o Sr. Ministro se deve afastar deste processo, porque, onde devia haver currículo, Sr. Deputado, há mesmo cadastro político.

Sr. Deputado António Filipe, estamos de acordo, a privatização da TAP foi um erro, é um erro. Isto entrecruza-se com o que disse a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes: a economia portuguesa — certamente, as nossas três bancadas estão de acordo — deve ser mais do que uma economia de mão de obra intensiva virada para o turismo, em que ao futuro dos licenciados portugueses é oferecida a possibilidade de tirarem cafés ou trabalharem no balcão de um hotel.

Nós precisamos de engenharia aeronáutica, nós precisamos de *hubs*, nós precisamos de uma economia pujante, que investe nos transportes públicos, que faz as sinergias necessárias para garantir que temos emprego na ferrovia e na aeronáutica. E como é que se consegue? Consegue-se com a empresa TAP pública. Uma coisa é certa: não tivesse a TAP sido resgatada, não havia hoje TAP. Mas sabe o que é o mais curioso no meio disto

tudo? Não tivessem os três compradores da TAP sido resgatados, também não podiam atualmente fazer oferta da TAP. O liberalismo lá tem as suas ironias.

Risos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Pereira, do Partido Socialista. Tem 2 minutos.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, antes de mais, quero agradecer ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo por ter trazido este tema, que é muito relevante para ser debatido no Parlamento. Queria ainda fazer alguns comentários ou dar algumas notas que gostaria que o Sr. Deputado pudesse comentar de seguida.

Bom, a primeira tem a ver com a forma como o PSD tem encarado o relatório da IGF. O PSD tem procurado dizer que é mais do mesmo, que não há nada de novo, apesar de, enfim, algum nervosismo que observamos nas intervenções que fizeram.

Protestos do Deputado do PSD Cristóvão Norte.

Ou talvez o aspeto mais particular tenha sido o facto de o Sr. Ministro da Presidência, a meio da divulgação do relatório da IGF, quando conheceu o relatório da IGF, resolver atirar para a praça pública, para debate público, um pseudorelatório que não está ainda concluído, que está em fase de contraditório, que não devia ser divulgado publicamente — disse hoje o Sr. Presidente do Tribunal de Contas —, sobre a EFACEC. Ou seja, o Sr. Ministro da Presidência, porventura aflito ou não, não sei, sobre esta matéria do relatório da IGF, resolve atirar para a praça pública, para o debate público, uma matéria que não era sequer passível de fazer, cometendo um crime, como aliás disse hoje o Sr. Presidente do Tribunal de Contas. E, portanto, gostaria que comentasse isso.

Outra matéria que me parece importante tem a ver com a questão da transparência. O Sr. Presidente da República vetou um decreto do Governo do PS sobre a privatização da TAP, com o argumento de que não era transparente a forma como estava a ser conduzida a privatização, porque havia reuniões com individualidades de outras companhias, e essas têm de ser muito claras.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, o Carlos Pereira está a falar da TAP? Reuniões eram aquelas entre a CPI (comissão parlamentar de inquérito) e a TAP!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Ora, nós ouvimos pela televisão — depois de terem existido, porque parece que foram à porta fechada — que várias reuniões aconteceram sem o País saber, sem a Assembleia da República saber o que é que se estava a passar. Isto não me parece ser, de facto, transparente, parece-me ser pouco transparente.

Finalmente, uma última nota. Falou-se aqui de gestão catastrófica da TAP. Vamos ver quais foram os resultados da gestão privada da TAP: prometeram lucros de 160 milhões de euros, tiveram prejuízos de 180 milhões de euros; prometeram que tinham capitais sociais positivos, tiveram 585 milhões de euros de capitais sociais negativos. Isto é uma gestão normal?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, é preciso muito descaramento da esquerda, e sobretudo do PS, para trazer o assunto da TAP, e em particular a privatização da TAP em 2015, novamente a este Hemiciclo.

Vozes do PS: — Oh!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O PS tudo fez, sempre, para desvalorizar a empresa. Foi durante o Governo do PS que a empresa fez aquele investimento desastroso do Brasil, que regista hoje prejuízos superiores a 900 milhões de euros. E a empresa tinha, em 2015, em resultado desse investimento desastroso, capitais próprios negativos de muitas centenas de milhões de euros. E, ainda assim, foi possível fazer a privatização da TAP sem recorrer a um tostão, a um cêntimo, do dinheiro dos contribuintes.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E a empresa, com a privatização, ganhou novos aviões, ganhou novas rotas, ganhou novos clientes.

Aconteceu que, depois, a geringonça tomou o poder e, com o apoio dos amigos da esquerda, começaram a hostilizar a gestão privada da empresa,...

Protestos do PS, do BE e do PCP.

... até que, contra a vontade e contra o interesse de Portugal, conseguiram renacionalizar a empresa e conseguiram enterrar 3,2 milhões de euros dos 10 milhões de contribuintes que compõem o nosso País.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Até a companhia dele está falida!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E agora, com uma profunda e manifesta falta de sentido de Estado, voltam novamente a trazer a empresa para a chicana política, procurando desvalorizar a empresa e procurando prejudicar a empresa num processo, neste momento, de nova privatização.

Srs. Deputados, é preciso ter descaramento. Mas, Srs. Deputados, tenham algum sentido de Estado nesta altura.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Coitado!...

O Sr. **Presidente**: — É a vez do Sr. Deputado Bernardo Blanco, da IL, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, uma nota prévia muito rápida: eu acho que qualquer pessoa honesta que tenha estado na CPI sabe que nada do que está no relatório da IGF é novo,...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — É verdade!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — ... inclusive os próprios Deputados do Bloco de Esquerda — e bem! —, na altura, fizeram muitas questões. Foi tudo falado na CPI, e agora está na justiça, perante duas interpretações jurídicas diferentes, e não há nada a fazer.

Algo que não se conseguiu resolver na CPI, e que o relatório da IGF também não consegue resolver — e eu não vi o Sr. Deputado indignar-se com isso, ali de cima, da tribuna —, é porque é que o Governo socialista, com Pedro Nuno Santos, pagou 55 milhões a um privado com dinheiro dos contribuintes. E era preciso saber como é que se chegou a esse valor, e eu gostava também, nestes meses, da ajuda do Bloco de Esquerda nesse trabalho, em nome da transparência de todo este processo.

Gostava também de dizer — e acho que é importante para os próximos processos — que em qualquer processo, seja de privatização, de nacionalização, o que for, deve haver um estudo prévio de custo-benefício e de comparações de cenários. Eu lembro-me bem do que nos disseram na altura, disseram-nos que não havia mais nenhum cenário, que não era possível mais nenhum empréstimo, nem era possível nenhum caso de insolvência.

E eu queria aqui falar, então, de um caso: o Governo da Suécia não colocou mais dinheiro na companhia, o Governo português enterrou 3,2 mil milhões de euros na TAP, mais ajudas fiscais; o Governo da Suécia saiu de

acionista, a empresa entrou em insolvência e continuou a funcionar com perdas dos credores; o Governo português correu com os privados, ficou com 100 % da companhia,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso! Enterrou!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — ... com os contribuintes a pagar tudo. Na Suécia a companhia foi vendida, agora, em parte, à Air France-KLM; em Portugal estamos a tentar vender a companhia — vamos lá ver se vale metade daqueles 3,2 mil milhões — pagámos dois, ficámos com um, um ótimo negócio do Partido Socialista.

E por isso, na Europa, onde a maioria dos países europeus não têm companhias aéreas, o que eu peço é que deixem a carteira dos contribuintes em paz. Percebo que queiram uma TAP pública, juntem-se, façam um mealheiro, paguem do vosso bolso e deixem as pessoas e o dinheiro das pessoas em paz.

Aplausos da IL e do Deputado do PSD Cristóvão Norte.

Protestos do BE e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que dispõe de 3 minutos para o efeito.

Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, quero agradecer aos Srs. Deputados Carlos Pereira, Paulo Núncio e Bernardo Blanco as perguntas que me fizeram.

Sr. Deputado Paulo Núncio, sentido de Estado era o Sr. Ministro Miguel Pinto Luz afastar-se do dossiê da TAP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sentido de Estado era vocês não falirem a empresa!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Deputado Carlos Pereira, o negócio de privatização da TAP falhou em transparência, por isso é que fomos descobrindo, entre comissões de inquérito e relatórios, os seus contornos e por isso é que os seus contornos foram parar à justiça.

Sr. Deputado Bernardo Blanco, eu percebo que peça ajuda ao Bloco de Esquerda para a TAP. Imagino que a sua intervenção agora fixe a doutrina sobre o partido, porque o Bloco de Esquerda e várias outras bancadas ainda não perceberam bem o que é que a IL, agora, acha sobre a TAP.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Está no tribunal!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Eu tive a oportunidade, numa noite, na SIC Notícias, de debater com o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, que referia a privatização da TAP, e cito, «ao negócio em que o cão é comprado com o pelo do cão».

Depois, sou surpreendido, numa rede social, numa publicação minha, com uma longa reflexão, onde o Deputado Carlos Guimarães Pinto defende David Neeleman e o seu negócio — veja-se lá!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O que é que tem?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Esteve na comissão parlamentar de inquérito, chegou a umas conclusões e deve ter estranhado, como eu estranhei, certamente, ouvir em menos de 24 horas o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes dizer uma coisa sobre a TAP e o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto interpelar uma rede social defendendo David Neeleman.

Por isso, eu devolvo: Sr. Deputado Bernardo Blanco, quando tiver oportunidade, ajude o Bloco de Esquerda a perceber a posição da TAP.

Mas queria fazer-lhe outra pergunta. Algum dos compradores da TAP não teve intervenção do Estado? Teve ou não teve?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Eu não posso responder!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Há algum comprador privado com o qual o Governo esteja a negociar que não tenha tido uma colossal — colossal! — injeção de dinheiro público?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não, claro que não, porque a Lufthansa recebeu três vezes o dinheiro da TAP, três vezes o dinheiro da TAP!

Protestos do CH e da IL.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não é verdade!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A Air France-KLM teve injeções de dois Estados — veja-se lá! —, da vossa liberal Holanda e de França. E, já agora, quem era o Presidente de França na altura? Ah, quem era, Sr. Deputado? Macron. Creio que pertence ao seu grupo parlamentar europeu, não é?

Protestos da IL.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Mas também tem amigos vossos!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Por último, a IAG (International Airlines Group), da British Airways, da sua liberal Inglaterra, também deu garantias públicas para assegurar que ainda hoje haja British Airways e a Iberia.

Portanto, eu percebo que a Iniciativa Liberal, no campo teórico, defenda a falência da TAP. Mas os liberais com o pé no chão, que geriram a crise da aviação, decidiram — e bem! — dar garantias públicas e injetar capital, porque sabem que um país, uma república, não pode abdicar de instrumentos de soberania como uma companhia aérea própria.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Fala lá da Suécia!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Estás a promover a SIC Notícias, a rede social X,...!

O Sr. **Presidente**: — Agora, para uma declaração política, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, que dispõe de 6 minutos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Governo, PSD, Chega e CDS impediram a realização do debate sobre a situação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), impediram que o Governo fosse confrontado com as consequências das suas opções políticas. É razão para perguntar o que receiam.

O PSD e o CDS procuram passar ao lado dos problemas do SNS, dos profissionais de saúde e dos utentes, para ocultar a total ausência de respostas do Governo. Já o Chega revela que, por detrás da gritaria, está de acordo com as opções do Governo que conduzem à destruição do SNS, com o objetivo de alimentar o negócio dos grupos privados.

A verdade, Sr. Presidente, é que não foram precisos muitos meses para ficar claro que o Governo PSD/CDS não governa para os utentes, nem para garantir o direito à saúde consagrado na Constituição; governa para os grandes interesses dos grupos privados, avançando a passos largos na destruição do SNS. O próprio Governo assume o papel de promotor da mercantilização da saúde, quando todos sabemos que, nessa lógica, só quem detém recursos económicos teria acesso à saúde, enquanto a maioria — os trabalhadores, os reformados — seria deixada ao seu sofrimento.

O que aconteceu no País nos últimos anos, digo, meses,...

Vozes da IL: — Anos!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... é intolerável: serviços de urgência de obstetria e ginecologia encerrados, por vezes mais de uma dezena, deixando regiões sem uma única maternidade aberta; grávidas que foram deslocadas 100 ou 200 quilómetros para serem atendidas; grávidas transferidas para unidades privadas quando se sabe que, em caso de complicação, é o SNS que tem os meios para cuidar; mais de 40 bebés nasceram em ambulâncias; a linha SNS Grávida, no essencial, serviu para encaminhar grávidas para hospitais longe da sua residência; serviços de urgência de pediatria encerrados; 1 milhão e 700 mil utentes sem médico e enfermeiro de família; exclusão de utentes das listas de utentes; atrasos no concurso para a contratação de médicos recém-especialistas, estando somente contratados cerca de 400 dos 1350 médicos que concluíram a especialidade.

Propaganda é muita; as soluções é que nem vê-las. No anunciado plano de emergência para a saúde, não há uma medida que vá ao encontro dos problemas estruturais. Quando faltam profissionais de saúde, ao invés de valorizar carreiras, progressões e salários e de garantir condições de trabalho, o Governo decide aumentar a sobrecarga de trabalho dos profissionais que estão no SNS. Quando o que é necessário é reforçar a capacidade de resposta do SNS, o Governo opta por transferir meios e recursos para os grupos privados, seja por novas contratualizações ou parcerias público-privadas.

O Governo anunciou a implementação das USF (unidades de saúde familiar) de tipo C, o que configura uma nova dimensão de privatização na saúde, desta vez nos cuidados de saúde primários. Quem não esconde a sua satisfação são os grupos privados, que há muito ambicionavam pôr as mãos nos cuidados de saúde primários. De uma só vez, o Governo PSD/CDS não só contribui para o desmantelamento do SNS, como o faz à custa dos recursos públicos. É que a transferência de recursos financeiros do SNS para os grupos privados serve para tirar cada vez mais profissionais do SNS que são necessários no SNS.

O Governo anunciou também o aumento, entre 200 % e 380 %, no valor pago pelas ecografias realizadas no privado, mas não investe no SNS, para que este tenha os equipamentos e os meios para assegurar esta resposta.

O que é urgente neste momento, como o PCP propõe, é a valorização das carreiras, dos salários dos profissionais de saúde, para os fixar no SNS, assim como a implementação do regime de dedicação exclusiva, com majoração em 50 % da remuneração-base. O que é urgente é o reforço do investimento e o aumento da capacidade do SNS, a contratação imediata dos médicos recém-formados, a gratuitidade dos medicamentos para os doentes crónicos, as pessoas com mais de 65 anos e com insuficiência económica.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, no próximo dia 15 de setembro, comemoramos os 45 anos do SNS. O SNS é uma concretização da revolução de Abril e uma construção dos seus profissionais.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E do 25 de Novembro também!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Desde cedo, o SNS teve os seus inimigos, mas também teve quem lutasse em defesa dele: os profissionais de saúde, os utentes, o povo português, porque sabem que é o SNS, com o adequado investimento, que garante o direito à saúde, sem discriminações, sem ser em função da carteira e independentemente da apólice do seguro. Por isso é tão importante prosseguir a ação, intervenção e luta para salvar o SNS.

Daqui saudamos a luta dos trabalhadores da saúde, dos enfermeiros, dos médicos, bem como a luta dos utentes em defesa do SNS. E aqui está a força política, o PCP, com quem podem contar para defender o direito à saúde para todos os utentes, para valorizar os direitos dos profissionais de saúde, para salvar o SNS.

Aplausos do PCP.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Paula Santos tem seis pedidos de esclarecimento. Dividimos em dois grupos de três pedidos de esclarecimento, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Então, para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marta Silva, do Chega.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Presidente, estamos de acordo: Portugal enfrenta uma crise profunda no setor da saúde. Não é novidade que o SNS está numa situação de rutura absoluta e é incapaz de dar resposta às necessidades de milhares de cidadãos.

Quase 2 milhões de pessoas permanecem sem médico de família, há listas de espera para cirurgias e consultas que se prolongam por anos e há tempos de espera nos serviços de urgência inadmissíveis. Em muitos casos, estas falhas têm resultado em mortes que são absolutamente evitáveis.

Resultado disto: quase 4 milhões de portugueses deixaram de confiar no Serviço Nacional de Saúde, pagando assim o sistema múltiplas vezes, pois veem-se obrigados a contratar seguros de saúde.

A falta de capacidade em atrair e fixar profissionais é, sem dúvida, um dos maiores desafios para nós; mas também a imigração descontrolada tem aumentado exponencialmente a pressão sobre os serviços públicos, sem que estes tenham tido o devido ajustamento.

Diante desta realidade, e conhecendo a capacidade instalada no País, pergunto ao Partido Comunista: será que, em nome de velhos preconceitos contra o setor privado e social, vai continuar a negar aos portugueses um sistema de saúde mais eficiente e universal? Não seria mais responsável explorar uma colaboração ativa e assumida entre o setor público, privado e social, com provas já dadas e com benefícios financeiros para o Estado?

Já agora, uma última pergunta: o que é que o PCP fez durante os tempos da geringonça em prol da melhoria da saúde dos portugueses?

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eram cúmplices, deram a mão ao PS! E agora...!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Guimarães, do Partido Social Democrata.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Paula Santos, foi com perplexidade que a ouvi hoje nesta Casa.

Primeiro, sobre a questão do debate da saúde, não se tem debatido outra coisa nesta Casa senão a saúde.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — E então?

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Está-se sempre a debater a saúde e hoje, novamente, estamos a debater a saúde.

Segundo, Sr.^a Deputada, exige-se ao Governo atual aquilo que o Governo do Partido Socialista não fez e que até agravou durante mais de 3000 dias — e o Partido Comunista Português participou, através da geringonça, nesta matéria.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Teve responsabilidade! Teve responsabilidade!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Terceiro, Sr.^a Deputada: é evidente que a Aliança Democrática (AD) e o Governo da Aliança Democrática querem reforçar o Serviço Nacional de Saúde. Mas, como a Sr.^a Deputada sabe, não se reforça o Serviço Nacional de Saúde de um dia para o outro.

Entretanto, enquanto não se consegue dar resposta dentro do setor público, não queremos que as pessoas fiquem semanas, meses ou anos à espera de uma consulta ou de uma cirurgia. Por isso, e bem, o Governo está a dar alternativas: alternativas que são suportadas pelo Governo, alternativas para que os doentes não fiquem demasiado tempo à espera para terem médico de família, para terem uma consulta ou uma cirurgia.

É isso que nós queremos, contrariamente àquilo que aparentemente o Partido Comunista defende, que é: enquanto não existe resposta no SNS, o setor privado é proibido, para que, através do SNS, as pessoas possam ter uma resposta.

A questão que lhe deixo é exatamente esta: perante um doente oncológico, por exemplo, que precisa de uma cirurgia urgente e tem a cirurgia atrasada no SNS e ultrapassou-se o tempo máximo de resposta garantido, acha lícito ou não que este doente possa ser operado noutra sítio?

Aplausos do PSD.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Deixamos de investir no público para mandar todos para o privado!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, vamos ver se consigo, nos 2 minutos, dizer tudo o que tenho aqui listado.

É certo que o Partido Comunista Português queria ter feito hoje, nesta Comissão Permanente, um debate sobre saúde. E nós teríamos aceitado esse debate, mesmo achando que poderia ser mais do mesmo.

Porquê mais do mesmo? Uma rápida pesquisa pelos serviços de informação e pelo *site* da Assembleia da República por debates potestativos sobre saúde neste Plenário deu o seguinte resultado: 6 de dezembro de 2021, debate com os ministros, debate político sobre a saúde pedido pelo PSD; 11 de junho de 2022, «Debate de urgência requerido pelo CH sobre o caos instalado nos serviços de urgência»; 20 de junho de 2022, fixação da ordem do dia, «SOS SNS», proposto pela Iniciativa Liberal; 12 de abril de 2023, debate de urgência sobre «Falha do Estado social: atrasos na realização de juntas médicas», pedido pelo PSD; 10 de maio de 2023, debate de urgência sobre «Degradação dos cuidados de saúde primários», pedido pelo Bloco de Esquerda; 16 de junho de 2023, debate de interpeação, «O povo merece + SNS», pedido pelo Bloco de Esquerda; 22 de junho de 2023, um ano depois da fixação da ordem do dia «SOS SNS», outra vez a Iniciativa Liberal, com uma fixação da ordem do dia;...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Agora já não é preciso...!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — ... 15 de setembro de 2023, debate temático sobre o SNS, pedido pela Comissão de Saúde; 9 de outubro de 2023, debate de urgência sobre a «incapacidade do Governo em valorizar os profissionais do Serviço Nacional de Saúde», pedido pelo PSD; 4 de janeiro de 2024, potestativo do PSD, Serviço Nacional de Saúde; 7 de maio de 2024, «O estado do SNS», também do PSD, potestativo; 31 de maio, debate de interpeação sobre o plano de emergência.

O diagnóstico está feito, o diagnóstico já está feito, e a solução não é mais dinheiro, porque só os Governos do PS aumentaram o orçamento do SNS de 9 mil milhões para 15 mil milhões de euros.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Toda a gente sabe que o problema é de sistema.

Qual é o único partido que tem uma proposta diferente? E como é que fizemos? Primeiro, fizemos aqui o diagnóstico; um ano depois, apresentámos a nossa proposta, uma nova lei de bases da saúde. Para quê? Para pôr o serviço público, o privado e o social ao serviço dos utentes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É isso mesmo! Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Aquilo que interessa é os portugueses, e não há outro partido, para além da Iniciativa Liberal, nesta Casa, a defender esta visão. Os senhores não pensam nos portugueses.

Aplausos da IL.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, agradeço as questões que foram colocadas. Houve um aspeto que uniu estas três intervenções: a defesa dos interesses dos grupos privados.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Foi isso que ouvimos aqui, nestas três intervenções.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não foi a preocupação com a saúde dos utentes, nem com a saúde dos portugueses, ou com o reforço do Serviço Nacional de Saúde. A questão que os senhores colocam é como é que se transfere mais recursos que devem ser investidos no Serviço Nacional de Saúde para os grupos privados.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É perguntar ao PS!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Essa é a vossa preocupação. Olhem, não é a nossa. Não é a nossa! Sabem porquê? As provas dadas dos grupos privados da saúde são estas, Sr.^a Deputada Marta Martins da Silva: propaganda enganosa — andam unidades privadas a dizer que têm serviços de urgência quando não têm licença para o fazer.

O que é que está aqui a interessar?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pode perguntar aí ao lado!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não é a saúde. É um negócio!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso é marxismo puro!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Ou podemos dizer que as provas dadas por parte das unidades privadas são a recusa de utentes, a recusa de doentes para serem tratados. Está a ver aquilo que interessa? É um negócio, não é a saúde!

Sr. Deputado Miguel Guimarães, aquilo que não podemos aceitar é desviar recursos financeiros que devem ser investidos no Serviço Nacional de Saúde para alimentar os lucros dos grupos privados. É isso que este Governo está a fazer! Esta medida, em particular, das USF de modelo C, é bem o exemplo disso. Quando se devia estar a utilizar os recursos financeiros, os recursos do Estado, para valorizar carreiras, para valorizar os salários, para garantir condições de trabalho para os profissionais de saúde estarem no Serviço Nacional de Saúde, o que o Governo está a fazer é pegar nesses mesmos recursos financeiros para quê?! Para os grupos privados tirarem os profissionais de saúde do Serviço Nacional de Saúde para esses mesmos grupos privados.

É isso que não podemos aceitar, Sr. Deputado. Essa é a opção por parte deste Governo. Desde que este Governo está a governar, há quatro, cinco meses, diga lá, o que é que já foi feito para valorizar as carreiras e para valorizar os salários? Não são incentivos, não é mais trabalho extraordinário; é na base, no salário, na carreira — é assim que se fixam os profissionais.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Vocês nunca governaram nada!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — O Governo está a fazer com que mais profissionais de saúde saiam do Serviço Nacional de Saúde e procurem outras opções para as suas vidas, porque não lhes são garantidas essas condições de trabalho.

Sabe porque é que trazemos estas preocupações? Porque sabemos que, para garantir a saúde a todos os utentes, é necessário, de facto, o reforço do Serviço Nacional de Saúde. Mas o Governo está a fazer o contrário. Aquilo que o Governo está a fazer é contribuir, é avançar e progredir no desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde. Veja-se: o Serviço Nacional de Saúde tem menos respostas, menos capacidade.

Para terminar, se para o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva é mais do mesmo, nós nunca nos cansamos de trazer aqui os problemas dos portugueses, os problemas dos utentes e os problemas dos profissionais de saúde.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Qual é a solução?!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Se para o Sr. Deputado é mais do mesmo, para nós não é, porque aquilo que queremos é procurar soluções e caminhos, de facto, de reforço do Serviço Nacional de Saúde, para salvar o Serviço Nacional de Saúde, porque é essa a solução.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em relação a este tema que nos traz o PCP, concordamos com o facto de que se trata de um debate que é preciso fazer, apesar de já termos reiteradamente falado dos problemas do Serviço Nacional de Saúde nesta Assembleia da República.

Infelizmente, e em particular no verão, parece que assistimos a um *remake* de mau gosto do *Sei o que fizeste no verão passado*, que é não se investir no Serviço Nacional de Saúde, não se garantir a valorização dos profissionais, e mais, haver a indignidade de termos mulheres grávidas a percorrerem largos quilómetros — mais de 60 km — para poderem ter os seus filhos. Temos nascimentos em ambulâncias, temos urgências fechadas e um caos que é incompreensível no SNS. No ano em que se assinalam os seus 45 anos, deveríamos ter, efetivamente, já mais soluções para os problemas que, reiteradamente, já foram identificados nesta Assembleia da República.

Há, de facto, aqui uma visão que não acompanhamos. Não acompanhamos a visão da direita, que acha que deve haver uma privatização da saúde em Portugal, em particular quando olhamos para o território e verificamos que nem todas as pessoas têm acesso — muito menos num privado, que não irá certamente apostar no interior do País — àquilo que é um direito basilar, que é o direito à saúde, mas entendemos que tem de haver um maior esforço para, não existindo resposta, haver uma complementaridade. Também entendemos que a Sr.^a Ministra da Saúde tem de ser ouvida neste domínio.

Portanto, perguntamos se, por um lado, o PCP nos acompanha na ideia de que — não enquanto solução definitiva, mas sim enquanto solução transitória — tem de haver uma resposta, nem que seja a complementaridade com o privado, e se, por outro lado, não deveria haver, de facto, uma audição e um debate sérios para que haja respostas concretas no SNS, porque os portugueses já estão cansados de todos os anos ver este mesmo filme que, de uma vez por todas, tem de ter a sua sequência final.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado João Paulo Correia, do PS, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, o Serviço Nacional de Saúde enfrenta, este verão, o pior momento desde a sua criação.

Protestos do CH.

Vejamos: o número de urgências de obstetrícia, ginecologia e pediatria encerradas aumentou mais de 40 % face ao verão do ano passado. As regiões de Leiria, Santarém, Lisboa, Setúbal e Algarve estão parcial ou totalmente desprotegidas neste tipo de urgências.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Que falta de vergonha falarem do Algarve! Fecharam a Maternidade de Portimão!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Que hipocrisia!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Nasceram mais de 40 bebés em ambulância, nos primeiros oito meses de 2024, quando no ano passado nasceram durante o ano todo 13 bebés em ambulância.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Bem lembrado!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Há grávidas que fazem mais de 250 km para serem atendidas. Não foi uma, não foram duas, não foram três, foram dezenas!

O INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), em julho e agosto, encaminhou mais grávidas — o dobro de grávidas — para o privado, face a 2023, por falha de resposta do SNS, neste verão.

As listas de espera de cirurgias, no final de agosto, também aumentaram face ao mesmo período de 2023. Dos 1350 médicos que concluíram a sua formação, este ano, só 400 é que foram integrados no Serviço Nacional de Saúde — um número historicamente baixo, por culpa do atual Governo, que alterou as regras do concurso, porque nos anos anteriores os médicos especialistas eram integrados no SNS, nos hospitais, nos centros de saúde, em maio de cada ano.

O plano de emergência falhou: mais de metade das suas medidas, as tais medidas urgentes, como o Governo prometeu, não foram executadas nos primeiros 60 dias. O plano de verão fracassou. O SNS está pior do que no ano passado, não há dúvidas sobre isso.

As perguntas que lhe quero fazer, Sr.^a Deputada, são duas: concorda que o Primeiro-Ministro, quando foi à Festa do Pontal do PSD, em vez de dizer que o SNS estava melhor, devia ter pedido desculpas aos portugueses, por não ter conseguido cumprir uma promessa que fez como candidato a Primeiro-Ministro e depois como Primeiro-Ministro? Concorda que as dificuldades do SNS foram agravadas por decisões deste Governo, uma mudança de Direção Executiva, o plano...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço as perguntas formuladas.

Aquilo a que assistimos, nestes meses, foi, de facto, a um retrocesso na prestação de cuidados, a mais dificuldades e a um agravamento da situação do Serviço Nacional de Saúde.

De qualquer das formas, gostaria de introduzir duas questões: uma primeira é a de que os problemas não são de agora,...

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Vêm da geringonça!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... os problemas já vêm de trás, e se houve partido que foi crítico relativamente às opções políticas, por parte do Governo do Partido Socialista, foi o PCP.

Aliás, nós colocámos em cima da mesa, como questão essencial e urgente, a necessidade de adotar soluções para fixar profissionais de saúde no Serviço Nacional de Saúde. O PS recusou fazê-lo, mas a verdade é que o PSD e o CDS também não o estão a fazer, aliás, com todo o apoio por parte do Chega e da Iniciativa

Liberal. Todo o seu discurso é neste sentido de desviar os recursos públicos para financiar e para alimentar os lucros dos grupos privados.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Esta é a segunda questão, porque não se resolve os problemas do Serviço Nacional de Saúde, nem se garante os cuidados a que a população tem direito, reduzindo a capacidade do Serviço Nacional de Saúde e desviando recursos públicos que devem ser investidos no Serviço Nacional de Saúde para os grupos privados. Isso só leva ao progressivo desmantelamento do SNS, só leva à progressiva redução de capacidade do Serviço Nacional de Saúde.

O que é preciso é pegar nesses recursos públicos e — em vez de se implementar as USF de tipo C, como o Governo pretende fazer — aumentar os salários, valorizar as carreiras, garantir progressões, garantir condições de trabalho. Vamos, a partir daí, ter um SNS mais forte e com maior capacidade de resposta.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Claro!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Esta é que é a questão que está colocada em cima da mesa, e é aquilo que é necessário e que o PS não quis fazer, e o PSD e o CDS, com o apoio da Iniciativa Liberal e do Chega, não o querem fazer.

Portanto, creio que nunca é demais, nem estamos a perder tempo, nem é mais do mesmo, como aqui foi dito, porque o mais do mesmo é aquilo que está a acontecer neste momento.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — É não se estar a dar as respostas que são necessárias e os problemas estarem a avolumar-se. Isso é que é mais do mesmo, é mais do mesmo da política de direita, que o PSD e o CDS querem acelerar e levar mais longe.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Somos de direita, sim senhora!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — O PS abriu a porta, mas os partidos à direita querem, de facto, ir mais longe. Sr. Presidente, vou concluir, dizendo que comemoramos 45 anos do Serviço Nacional de Saúde. Já tivemos a oportunidade de fazer esta referência, mas nunca é demais fazê-lo: a importância do reforço e do investimento no Serviço Nacional de Saúde, uma conquista de Abril...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E de novembro também!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... e uma construção dos nossos profissionais de saúde; a importância da luta dos utentes, da luta dos profissionais.

Aqui, na Assembleia da República, por mais que não gostem, por mais que vos incomode, não deixaremos de trazer a verdade e aquilo que é necessário para, de facto, garantir a todos os utentes, a todos aqueles que estão no nosso País, os cuidados de saúde a que têm direito.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, para uma declaração política.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, desejo a todos nós um bom regresso aos trabalhos parlamentares...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada, peço desculpa, mas houve aqui uma falha da Mesa — aliás, minha, não da Mesa, a falha foi minha.

O Sr. Deputado Fabian Figueiredo tinha-se inscrito para fazer um pedido de esclarecimento ao PCP e ficou de fora. Peço desculpa, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o começo dos trabalhos é difícil para os alunos e é-o também, certamente, para as Sr.^{as} e para os Srs. Deputados.

Sr.^a Deputada Paula Santos, agradeço-lhe a intervenção e o tema que trouxe.

Assistimos neste verão a mais 40 % das urgências fechadas, a um aumento de congestionamentos de 300 %, a greves anunciadas por praticamente todos os profissionais de saúde, a mais utentes sem médico de família, a 40 USF de tipo C anunciadas, a mais milhões para a saúde privada, a atrasos nos concursos dos recém-especialistas, a 40 bebés nascidos em ambulâncias — metade só este verão.

Por isso, pergunto à Sr.^a Deputada duas coisas.

Primeiro, pergunto se não tem saudades do tempo em que os problemas na saúde suscitavam interesse para debate na Comissão Permanente por parte do PSD, como quando, em 2022, pediu à Conferência de Líderes que houvesse um debate sobre o setor da saúde em Portugal. Hoje, aliado ao CDS e à extrema-direita, rejeitou-o, e bem seria útil que cá tivéssemos a presença da Sr.^a Ministra para debater o difícil saldo deste verão.

A segunda pergunta que lhe deixo é a de saber se não entende que o problema não é não ter havido tempo para o plano de emergência ser implementado. O problema é mesmo o plano de emergência do Governo estar a ser implementado, que é caos no SNS para o privatizar.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada Paula Santos, tem 2 minutos para responder.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço também a questão formulada.

De facto, causa perplexidade este impedimento, aliás, esta recusa, por parte do PSD, do CDS e do Chega, da realização do debate sobre a situação do Serviço Nacional de Saúde nesta Comissão Permanente. O que isso revela é que quer os partidos do Governo quer o Chega querem passar ao lado...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é falso!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... de problemas centrais, que são amplamente sentidos pelos utentes do nosso País, depois de tudo o que aconteceu nestes meses.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Houve votação para isso?! Não houve!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Impedir que este debate se fizesse com a presença da Sr.^a Ministra, na Assembleia da República, para exigir respostas, acho que diz muito daquelas que são as suas opções, assim como o facto de quererem fugir às responsabilidades que têm, porque o PSD e o CDS estão no Governo e a verdade é que procuram ocultar a ausência de adoção das soluções e das medidas que são necessárias para resolver os problemas.

Depois, relativamente à segunda questão que colocou e que se prende com o plano de emergência, de facto, este plano mais parece um plano de negócios, porque, quando sabemos que é necessário mais investimento e medidas para valorizar os profissionais, quando sabemos que um dos principais problemas é a falta de profissionais, não constam deste plano medidas para reforçar o Serviço Nacional de Saúde nesse sentido — creio que está tudo dito! —, mas não faltam medidas para transferir para os grupos privados.

Creio que isto revela bem aquelas que são as opções por parte do Governo e, Sr. Presidente, permita-me que reitere este aspeto: impedir este debate, hoje, com a presença do Governo só revela o constrangimento por parte do Governo e a falta de respostas para os problemas com que os portugueses estão confrontados.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, para a boa condução dos trabalhos e para que a verdade seja reposta — o Sr. Presidente esteve, como eu estive, na Conferência de Líderes hoje de manhã —, gostaria que explicasse à Sr.^a Deputada Paula Santos e que contasse aos portugueses lá em casa porque é que não houve esse debate hoje.

Primeiro, porque não houve a disponibilidade do Governo, pois os debates foram marcados hoje, às 11 horas da manhã, para as 15 horas da tarde. Esta é a primeira verdade.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Segundo, porque estavam, à mesma hora da Comissão Permanente, a decorrer reuniões de comissões, inclusive das Comissões de Economia e de Saúde. Ou seja, estaríamos aqui a sobrepor debates. Foi isso que aconteceu.

Agora, não venham o Bloco de Esquerda e o PCP, com as mentiras habituais, dizer que fomos nós que não quisemos o debate. Para já, nem votação houve!

Portanto, gostaria, Sr. Presidente, que explicasse isso aos Srs. Deputados.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.^a Deputada Paula Santos pede a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, era importante que ficasse clarificado, nesta Comissão Permanente, que houve três forças políticas que se opuseram à realização deste debate sobre a situação do Serviço Nacional de Saúde proposto pelo PCP. Foram o PSD, o CDS e o Chega. Nas intervenções que fizeram na Conferência de Líderes, foi isso que expressaram.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade! Não houve votação!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não foi fixado! Nunca esteve fixado!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, permita-me que acrescente o seguinte: a reunião da Conferência de Líderes decorreu hoje de manhã — é um facto —, mas o PCP apresentou esta proposta no dia 29 de agosto.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não interessa, não foi aprovado!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Portanto, tanto era do conhecimento do Governo, como de todas as forças políticas, esta proposta por parte do PCP. Ninguém foi apanhado desprevenido e poderiam muito bem ter-se preparado para a realização desse debate.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito bem, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Aliás, como se fez nas outras comissões permanentes em que houve a realização de debates,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não é verdade!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... em que o Governo esteve presente, e foi possível realizá-los.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é já uma intervenção, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — A conclusão que daqui se retira é que se utilizaram pretextos para procurar fugir às responsabilidades políticas.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Fabian Figueiredo pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Para solicitar à Mesa a distribuição de um documento, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, queria solicitar à Mesa que fosse distribuída uma notícia, um *take* da Lusa, publicado no jornal *Público*, onde se titula «Comissão Permanente reúne-se quarta-feira com a oposição a querer debate sobre a TAP e o SNS» e onde se lê «no passado dia 3 de setembro, o Presidente do Chega, André Ventura, adiantou que, caso o tema da TAP não seja debatido em Comissão Permanente, na Assembleia da República, o seu partido vai avançar com um pedido de debate de urgência».

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O que é que isso tem a ver?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Digo isto para o melhor esclarecimento das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados e também para quem acompanha os trabalhos, acerca de quais foram as posições explicitadas, hoje, na Conferência de Líderes, e aquelas que foram publicamente divulgadas, para que não passe em branco o facto de o Chega ter pedido um debate na Comissão Permanente, ao qual, posteriormente, se opôs.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado pediu para distribuir...

Protestos do CH e contraprotestos do BE.

Ó Srs. Deputados!

Continuação dos protestos do CH e contraprotestos do BE.

Srs. Deputados, peço silêncio à Câmara.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.

Sr. Deputado Paulo Nuncio, espere só um bocadinho, está bem? Eu já lhe dou a palavra.

O Sr. Deputado Fabian Figueiredo pediu para distribuir um documento. Pode fazê-lo chegar à Mesa ou, se preferir, pode distribuí-lo diretamente, porque tem os *emails* de toda a gente.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O Ventura estava com o telemóvel desligado!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Onde é que está o documento? Dá lá o documento!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Paulo Nuncio, pede a palavra para que efeito? Para uma interpelação à Mesa? Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquilo que o Partido Comunista disse é uma enorme falsidade,...

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

... porque nunca chegou a estar fixado na ordem do dia o debate do SNS e o debate da TAP.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Não foi fixado,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pois claro!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Por vossa causa!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... e, por isso, não tendo sido fixado, não foi retirado, Sr.^a Deputada. É tão simples quanto isso.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Mais: existem regras, não é possível fixar um debate de manhã para ser realizado à tarde,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É, é!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... em poucas horas e com a presença do Governo. Existem regras, e, como sabe a Sr.^a Deputada, existe uma regra que defende e que determina que tem de haver pelo menos um prazo de 24 horas. A Sr.^a Deputada sabe disso, foi discutido isso na Conferência de Líderes, e por isso não faz sentido nenhum aquilo que diz.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não venha com pretextos para fugir às responsabilidades de discutir o SNS.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Nós temos todo o gosto em discutir o SNS, temos todo o gosto em discutir a TAP, não venha o Partido Comunista levantar falsidades para justificar uma falha, que foi o facto de terem proposto um debate...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Propusemos a 29 de agosto, hoje é 1 de setembro!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... num período inferior àquele que está previsto no Regimento, Sr.^a Deputada.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.^a Deputada Alexandra Leitão está a pedir a palavra, penso que também para uma interpelação à Mesa.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente em exercício, exatamente.

Ora bem, na verdade, o que está aqui em causa é apenas e só a verdade contra a mentira, porque o que aconteceu hoje foi o seguinte: a fixação da ordem do dia para a Comissão Permanente é sempre feita na Conferência de Líderes, que ocorre antes. Diz-me quem tem mais conhecimento do que eu sobre momentos anteriores que é praxe que se faça por consenso, e que tem havido debates e tem havido declarações políticas, as duas coisas.

Aquilo que aconteceu hoje foi que, de facto, não houve votação,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ah!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — ... tem de haver consenso, o que equivale a um veto de três partidos, o PSD, o CDS e o Chega — se não aceitam, equivale a um veto. Portanto, não pôde haver hoje um debate sobre a TAP e um debate sobre o SNS com a presença dos Srs. Ministros porque o Chega, o PSD e o CDS não permitiram.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Já agora, há que dizer o seguinte: este requerimento — e falo pelo do Partido Socialista, também sobre a TAP — entrou no dia 3 de setembro. Portanto, se somarmos isso à circunstância de haver uma praxe de se admitir que esses debates ocorram na Comissão Permanente, os Srs. Ministros, se quisessem, tinham obviamente todos os meios para estarem presentes na data.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Não quiseram vir, os partidos fizeram-lhes o favor, e, portanto, não tivemos hoje um esclarecimento bem necessário, quer sobre saúde, quer sobre a TAP. E esta é a verdade.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se quisessem esclarecimentos, marcavam para a semana!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Bom, Srs. Deputados, a súmula do que se passou na Conferência de Líderes será, seguramente, em breve distribuída.

A interpretação que faço, por estranho que possa parecer a algum dos Srs. Deputados, é que aqui, neste Plenário, todos os Srs. Deputados que intervieram no âmbito das interpelações que fizeram à Mesa falaram verdade, porque foram feitos requerimentos no sentido de se fazer esse debate,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — ... o Governo informou que os Srs. Ministros não tinham disponibilidade para hoje à tarde vir aos debates e, com esse fundamento, não foi dado consenso por um conjunto de partidos, designadamente, que me recorde, o Chega, o CDS e o Partido Social Democrata, para que esses debates se realizassem.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos e contraprotestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Foi isto que se passou. Portanto, do que eu ouvi das intervenções dos Srs. Deputados, todos falaram verdade,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A verdade é esta!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — ... podemos passar adiante e, finalmente, a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes vai poder usar da palavra.

Pausa.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Um nascimento não é apenas um ato médico, é muito mais do que isso. É um momento único, um momento de família, e nós temos a obrigação, enquanto País, de garantir que cada nascimento acontece com todas as condições de segurança e de saúde, sim, e, mais do que isso, que acontece, sempre que possível, com tranquilidade e com conforto, até porque sabemos que um nascimento feito no meio de stresse, de ansiedade, pode ter implicações grandes no bebé, na saúde mental da mãe, da família no pós-parto, o que depois também influencia o desenvolvimento do bebé.

Se o País não está a assegurar que os nascimentos em Portugal são feitos com tranquilidade, é sinal de que estamos a falhar. E os nascimentos não estão a ser feitos em tranquilidade. Este verão foi marcado por um caos nas urgências de obstetrícia em Portugal. Todos os dias recebemos notícias das urgências que estão fechadas. Só a ansiedade de não saber onde se vai ter o bebé é um fator de destabilização das pessoas grávidas, como têm sido públicos vários relatos.

Vão-me dizer que foi criada a linha Saúde 24 e que tem tido muita procura. É verdade, a criação da linha foi uma boa ideia, mas não é de espantar que tenha tanta procura no meio de tanta incerteza sobre aonde nos podemos dirigir, e uma linha telefónica não resolve o problema de a urgência mais próxima ser a muitas dezenas de quilómetros de casa. Segundo o *Expresso*, 41 bebés nasceram em ambulâncias durante este ano. O que deveria ser uma situação absolutamente excecional torna-se uma notícia demasiado frequente.

E não é apenas para as mulheres e para as famílias que este contínuo fecho de urgências traz ansiedade e perturbação, é também para o próprio SNS, para os próprios profissionais de saúde. No dia 12 de agosto houve 25 partos na Maternidade Alfredo da Costa (MAC). Há mais de 10 anos que este número de partos num dia não era tão alto na MAC. É uma sobrecarga gigante nos profissionais de saúde, que já há muito tempo vivem sobrecarregados, como nós sabemos. Aliás, o responsável de ginecologia da Maternidade Alfredo da Costa demitiu-se do cargo em agosto, justificando com a sobrecarga de trabalho.

O SNS não pode sobreviver à custa dos sacrifícios, das horas extra, dos sucessivos bancos que estão a ser exigidos aos nossos profissionais de saúde. Isto desgasta as pessoas, desgasta as equipas e leva a que os profissionais de saúde desistam do SNS, para perda de todos nós — desgasta o SNS.

Nós não desistimos do SNS, mas o Governo parece que desiste ativamente. Em julho e agosto, 42 grávidas foram reencaminhadas do nosso SNS para hospitais privados; isto sem contar com todas as grávidas que, podendo e às suas custas, optaram à partida por fazer o seu parto no hospital privado para fugir à incerteza de não saber onde o poderiam ter no público. Uma das últimas medidas anunciadas pelo Governo foi o aumento do valor pago para ecografias ao setor privado, em vez do reforço dos serviços de ecografia no SNS; e isto sem falar do projeto de avançar com os centros de saúde privados, com unidades de saúde familiar do tipo C.

Protestos do Deputado do PSD Cristóvão Norte.

O Governo, através da Ministra Ana Paula Martins, assumiu o compromisso de reorganizar a rede de urgências e de ginecologia-obstetrícia nos próximos meses, e o novo CEO (*chief executive officer*) do SNS, António Gandra d'Almeida, admitiu a possibilidade de concentração das urgências materno-infantis. Depois dos últimos meses, estas palavras só nos podem inquietar, e só deixam as famílias também mais inquietas.

Eu volto a lembrar: um nascimento não é apenas um ato médico. O direito a nascer em segurança e com tranquilidade perto de casa é um direito que Portugal deve garantir. Ora, isso não se faz com urgências encerradas, não se faz com incerteza, e também não se faz com concentração, mas sim com descentralização. Faz-se com o reforço do SNS em todo o território, com o reforço dos profissionais de saúde no SNS, com a melhoria das suas condições de carreira e de trabalho sem ser à custa de horas extra. Faz-se com a aposta nas equipas pluridisciplinares e com a aposta nos partos humanizados.

É que é uma ideia tão simples: o País tudo fazer para garantir que os partos aconteçam em segurança, em tranquilidade e perto da casa de cada um. Devemos isso a quem cá está e a quem virá, e continuaremos a trabalhar para isso, no Livre.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tudo o que seja trabalhar, o Livre não gosta!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Guimarães, do PSD.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, estive a ouvi-la com atenção, e vou-lhe deixar depois uma questão, mas não posso deixar de recordar que, em 2023, cerca de 8 mil milhões de euros do Orçamento do Estado, de 15 mil milhões de euros, foram para pagar serviços privados, ao setor social ou privado. Isto é, isto inclui, obviamente, os medicamentos — eu digo sempre a verdade —,...

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — E bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — ... mas é verdade que isto aconteceu e foi acontecendo. E aconteceu durante vários anos, é ver o histórico para percebermos que cada vez mais nós estamos a recorrer fora do SNS porque não temos capacidade instalada internamente.

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.

É uma preocupação central do Governo reforçar o Serviço Nacional de Saúde. É por isso que a Sr.^a Ministra da Saúde não vai estar um ano a negociar com os médicos, com os enfermeiros e com os outros profissionais de saúde, mas já está a negociar com eles há cerca de três meses, e julgo que estarão perto de um entendimento. E esta é uma questão vital para conseguirmos reter mais profissionais de saúde dentro do SNS.

Terceiro aspeto que eu acho importante: é evidente que a questão das maternidades é uma preocupação para todos nós. É evidente que não deviam nascer tantos bebés em ambulâncias — eles podem acabar por nascer, mesmo que estejam as maternidades todas abertas, mas neste número, não. Portanto, esta é uma situação que, obviamente, tem de ser evitada.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Quarto aspeto importante: a questão da concentração dos serviços de urgência. É verdade que parece que temos em Portugal um país a duas velocidades: temos regiões onde toda a gente tem médico de família e outras regiões em que muita gente não tem médico de família; temos regiões em que não encerram maternidades nem serviços de urgência e regiões em que passam a vida a encerrar algumas maternidades e alguns serviços de urgência; temos regiões em que não há falta de médicos e regiões em que, aparentemente, os médicos não estarão disponíveis.

Por isso, o que queremos para os portugueses é...

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Maternidades!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — ... que não falhe a saúde aos portugueses,...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — ... e, enquanto não tivermos a capacidade instalada no SNS, obviamente que recorreremos ao setor social e ao setor privado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, há pouco não anunciei, porque o processo ainda estava em curso, mas tem cinco pedidos de esclarecimento. Responde em dois grupos, um de três e outro de dois, está bem?

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito bem.
Então, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, de facto, os problemas do Serviço Nacional de Saúde são problemas muito sérios, que têm preocupado muito os nossos utentes.

A Sr.^a Deputada, na sua intervenção, fez referência ao problema das maternidades — aliás, o PCP, na intervenção que trouxe, abordou também esse problema —, mas eu gostaria de colocar duas questões, porque a verdade é que uma das conquistas do Serviço Nacional de Saúde foi exatamente a redução da mortalidade infantil e da mortalidade materna. Foram, de facto, avanços grandes, significativos, e isto revela a importância do Serviço Nacional de Saúde.

Este encerramento de maternidades, das urgências, gera desconfiança, gera incerteza, não dá segurança às grávidas. E, é verdade, no momento em que as grávidas e as suas famílias devem estar tranquilas, sabendo que têm os cuidados de saúde a que têm direito, elas vivem numa situação de grande instabilidade e de grande insegurança porque nunca vão saber se a maternidade vai estar ou não aberta, aquela onde a grávida está a ser acompanhada pelos médicos, pelos enfermeiros, pelo conjunto dos profissionais de saúde. Ora, isto gera, de facto, essa desconfiança. Esta questão de haver mais bebés a nascer nas ambulâncias é um profundo retrocesso que estamos a ter, neste momento, no nosso País.

Esta intenção que o Governo anunciou, de reestruturar as urgências, bem sabemos o que é que significa. Aquilo que o Governo quer é que o que está a acontecer hoje, com encerramentos intermitentes, temporários, passe a encerramentos definitivos. E esta é a primeira questão, se acha que esta é a solução para resolver este problema. É que, da nossa parte, nós consideramos que não é encerrando os serviços que se vai resolver os problemas, mas sim garantindo as condições para o seu funcionamento, para estarem abertos com qualidade e com a segurança que é necessária. Ora, isso exige esta valorização dos profissionais, para que se fixem no Serviço Nacional de Saúde.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, escutámo-la com muita atenção e, na verdade, concordamos na íntegra — veja lá! — com o diagnóstico. É verdade, concordamos na íntegra: é inaceitável que um país que está no contexto da União Europeia, dito desenvolvido, sujeite as grávidas, as parturientes, a situações que são inaceitáveis num país que se quer naturalmente desenvolvido, porque são pessoas que já estão numa situação muito sensível, pondo em risco duas vidas, a da mãe e a do filho. Portanto, tudo isso é inaceitável e deve instar-nos a fazer algo sobre isso. Estamos completamente alinhados.

Agora, o que é que faltou? Eu não ouvi, confesso — se o disse, escapou-me —, as soluções do Livre. Nós concordamos com a parte dos partos humanizantes, certamente, mas isso não é uma solução, não é? Tudo bem, certamente que é preciso melhorar isto, mas não ouvi medidas concretas. Bem sei que algumas delas exigem bastante coragem política. Um exemplo: é preciso encerrar maternidades e concentrar recursos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — A sério?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É muito difícil dizer isto cara a cara e ser concreto, mas é necessário fazê-lo.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

A solução fácil é dizer que todas as freguesias deste País vão ter uma maternidade, mas isso é falhar, porque as maternidades vão falhar, não vão ter os recursos. É necessário ter a coragem política para concentrar recursos e dotar as maternidades que vão estar operacionais para que estas nunca falhem.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Isso significa encerramentos!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É preciso também uma organização em rede — a Área Metropolitana do Porto já o faz —, e isso significa que alguns hospitais não têm uma determinada valência, encerram num determinado dia aquela valência, mas outros asseguram aquela valência. É preciso coragem política para isso também. Falta isso.

É necessário também perceber como é que os enfermeiros, nomeadamente os enfermeiros com especialidade em saúde materna, podem ajudar nos partos de mais baixo risco. Também é preciso coragem para avançar por aí.

Finalmente — e aí já não é preciso coragem, diria só que é preciso algum bom senso —, quando estamos a tratar de pessoas, o foco tem de ser em prestar cuidados de saúde e não se é público, se é privado ou social. Aí não é preciso coragem, só um bocadinho de bom senso para perceber que prestar cuidados de saúde é o que deve nortear a nossa ação política na saúde.

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Subserviente às empresas e aos grupos económicos!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Guimarães, estamos plenamente de acordo: nos últimos anos, a percentagem de investimento que foi alocada ao setor privado deveria ter sido alocada ao setor público, ao Serviço Nacional de Saúde, e não deveria ter havido uma transferência tão grande do orçamento para o setor privado.

Nós sempre fomos contra esta desproporção que existe, que tem alimentado o setor privado da saúde — e sabemos que o setor privado agradece, aliás, é a célebre citação de que «melhor do que o negócio da saúde, apenas o negócio das armas» —, mas parece-nos que esta é a altura de reverter este caminho que tem sido feito, e não é esse o caminho que vemos que o Governo faz. De facto, o que é preciso, neste momento, é investir no Serviço Nacional de Saúde para conseguir contrariar esta tendência, que vem desde há muito tempo.

Mas mais: não é só preciso garantir os recursos necessários para o Serviço Nacional de Saúde; é também preciso exigir que o setor privado, que é financiado com dinheiro público, tenha a mesma obrigatoriedade de reporte que o SNS tem,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Tem mais! Tem mais!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... e isso não acontece atualmente, o que é uma enorme injustiça. É preciso sabermos o número de utentes tratados, o número de especialistas contratados por área, e estarem os dois setores ao mesmo nível, porque, neste momento, sabemos tudo sobre o Serviço Nacional de Saúde e sabemos muito pouco sobre o setor privado, e isto leva a uma concorrência desleal, quando nem sequer deveria haver concorrência entre os dois setores.

Deputada Paula Santos, estamos plenamente de acordo: é preciso descentralizar. As urgências não fecham por não terem utentes, as urgências fecham porque não têm profissionais de saúde suficientes.

Portanto, o que é preciso fazer — agora passando a responder diretamente ao Sr. Deputado Mário Amorim Lopes — é reforçar os profissionais de saúde no Serviço Nacional de Saúde, é garantir condições de trabalho, condições de carreira para os profissionais do Serviço Nacional de Saúde. Essas, sim, são medidas concretas e são medidas de coragem, porque implicam, sim, um investimento grande no Serviço Nacional de Saúde.

É preciso descentralizar, é preciso garantir cuidados de saúde perto de casa, e isso implica também garantir que os partos não são feitos a centenas ou a muitas dezenas de quilómetros de casa, porque o parto, relembro, não é apenas um ato médico, é também um ato de família. Portanto, uma mulher grávida, que tem um parto normal, que não precisa de cuidados médicos completamente especializados, deve ter o parto o mais perto possível de sua casa, para garantir também que é um parto junto da sua família, das pessoas que pertencem à família.

Por isso, parece-nos que, sim, a medida de coragem que é preciso ter não é a de concentrar, como a Iniciativa Liberal sugere, é, sim, a de reforçar as condições para os profissionais do Serviço Nacional de Saúde e descentralizar.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia, do Partido Socialista.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, é verdade que a crise nas urgências de obstetrícia, ginecologia e pediatria tornam este momento do Serviço Nacional de Saúde no seu pior momento desde a sua criação.

Isso deve-se, sobretudo, a decisões deste Governo:...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ah! Ah! Ah! Consegue dizer isto sem se rir!

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — ... a mudança da direção executiva, pois o Governo não descansou enquanto não forçou a saída da anterior direção executiva, desmantelando um trabalho histórico, porque estava em marcha a maior reforma organizacional do Serviço Nacional de Saúde desde a sua criação; o atraso no concurso dos médicos especialistas, que deviam ter integrado o Serviço Nacional de Saúde em maio, e muitos deles estariam nessas urgências, aumentando a resposta dessas urgências, que fecharam muitos dias consecutivos, desprotegendo muitas regiões do País; e também um plano de emergência que só tem como intuito transferir recursos do público para o privado sem responder, tanto é que, das medidas prometidas para serem executadas nos primeiros 60 dias, mais de metade ficou por executar e implementar.

Mas esta, Sr.^a Deputada, não é a primeira vez que o PSD veta um debate com a presença da Sr.^a Ministra da Saúde no Parlamento. Passou pelos pingos da chuva um problema muito grave quanto ao comportamento da Sr.^a Ministra da Saúde, que se chama INEM. Em julho último, foi o PSD o único partido que não deu consenso para que a Sr.^a Ministra da Saúde viesse ao Parlamento explicar porque é que faltou à verdade aos portugueses a propósito da demissão do Presidente do INEM. Passados alguns dias, o Tribunal de Contas publicou o relatório de uma auditoria, e a imprensa disse o seguinte sobre esse relatório: «Ministério da Saúde forçou INEM a ajuste direto ilegal, conclui Tribunal de Contas».

O PSD esconde a Ministra da Saúde do Parlamento. A Sr.^a Ministra da Saúde passou semanas a fio sem dizer uma palavra aos portugueses sobre a crise nas urgências de obstetrícia. Faz conferências de imprensa e também dá entrevistas, explicar-se ao Parlamento é que não! Vamos ter agora a oportunidade de ouvir a Sr.^a Ministra da Saúde a propósito do INEM para explicar porque é que mentiu aos portugueses.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, agradeço a sua intervenção.

O SNS é um fator de igualdade, trata toda a gente por igual. É também um fator de liberdade: milhões de portugueses só podem optar pelos seus cuidados de saúde porque têm o Serviço Nacional de Saúde.

O SNS é, por isso, um fator de democracia, pulsa a democracia. Não havia democracia como nós a concebemos, como a que queremos construir, se não houvesse SNS — é olhar para os relatórios da década de 1960 sobre a realidade sombria, sobre a forma como os partos eram feitos.

Por isso, a nós, incomodam-nos e sobressaltam-nos as ideias de que podemos abandonar uma parte do território, achando que não devem existir maternidades em condições de igualdade, e preocupa-nos que se possa naturalizar a concentração de maternidades, achando que, numa região tão vasta como a região de Lisboa, não deve haver resposta de Torres Vedras à Margem Sul, ou que se possa naturalizar que, pura e simplesmente, se diga às mulheres de Leiria que têm de ir para Coimbra ou para o Porto.

Há uma coisa que falta na tecnocracia da saúde, que é, como referiu, e bem, humanizar o parto. É que há vida para lá do *Excel*, como referiu. O ato de ter um bebé é também um ato social, porque quem está internado no hospital quer ter a certeza de que a sua rede familiar, os seus amigos, estão lá, estão lá para cuidar de si. E isso não se faz quando se diz, pura e simplesmente, em regiões vastas do nosso País, como referiu, e bem, onde há utentes, onde há procura: «Aqui não nasce ninguém!»

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Muito obrigada, Sr. Deputado João Paulo Correia e Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

De facto, a instabilidade no SNS não é um problema de agora, já vem de trás, e temos pena que não tenha sido usada até a maioria absoluta que o PS teve para conseguir resolver mais a fundo os problemas do SNS. Mas concordamos que os problemas têm sido agravados nos últimos meses por atuação deste Governo e acompanhamos a necessidade de a Ministra da Saúde ser ouvida no Parlamento, ser ouvida no País, a propósito de tantos problemas que têm acontecido, desde as confusões no INEM até à questão do fecho das maternidades. Portanto, parece-nos essencial que tenhamos aqui um debate com a Ministra da Saúde, para que seja ouvida na Comissão de Saúde sobre vários assuntos que nos preocupam.

Em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado Fabian Figueiredo, foi exatamente disso que eu falei na nossa declaração política: o nascimento não é apenas um ato médico, é, de facto, um ato social. O parto poder ser acompanhado pelo pai, ou por um acompanhante da pessoa que vai ter o bebé, poder pernoitar com a mãe e acompanhar o bebé, os avós da criança poderem ir visitar quem teve o bebé e o bebé à maternidade, tudo isto faz parte da experiência de nascer, e nós temos a obrigação, enquanto País, de garantir que todas as famílias podem ter acesso a esta experiência.

Portanto, a visão de concentrar maternidades é uma visão errada, é uma visão injusta e vai, sobretudo, prejudicar as pessoas que menos têm, que são aquelas que são mais beneficiadas por termos um Serviço Nacional de Saúde descentralizado e que chegue a todo o território.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No início de mais um ano letivo, o CDS quer abrir, em Portugal, um debate que interessa aos jovens, que interessa aos professores, que interessa aos pais, que interessa aos médicos, mas, acima de tudo, que interessa às famílias portuguesas.

É um debate que se está a fazer em todo o mundo: qual é o efeito dos telemóveis e dos *smartphones* em ambiente escolar? Ou seja, sabendo nós, todos nós, a frequência do uso e até, muitas vezes, a dependência das crianças e adolescentes em relação aos telemóveis e aos *smartphones*, as perguntas que têm de ser feitas são as seguintes: que efeitos comprovados tem a presença do telemóvel na escola na aprendizagem dos alunos? Que impacto tem nos seus resultados escolares? E que consequência pode estar a ter na sua saúde mental? São perguntas demasiado sérias, que merecem respostas deste Parlamento.

Na verdade, muitos estudos apontam, já hoje, para um impacto relevante na distração dos jovens quando o telemóvel está presente e ativo na sala de aula, gerando sérias dificuldades de concentração dos alunos, a ponto de serem geradas situações de ansiedade, e pondo em causa o essencial da retenção do conhecimento. Do mesmo modo, já há muitos estudos internacionais que apontam para dificuldades acrescidas no convívio

entre colegas e mesmo na formação de vontades e de amizades quando, nos intervalos, a dependência do telemóvel se torna mais expressiva ainda.

Estamos também preocupados, muito preocupados, com os efeitos, dizem os especialistas, graves e crescentes na saúde mental dos alunos, em especial dos mais novos. O uso e abuso de telemóveis em ambiente escolar parece conduzir a um avanço de fenómenos de isolamento, de ansiedade dos adolescentes, bem como de tendências depressivas, que, não raro, têm consequências muito graves nos nossos jovens.

Países e Governos tão diferentes como Espanha, França, Reino Unido, Países Baixos, países nórdicos, Austrália e muitos estados dos Estados Unidos já adotaram, ou já anunciaram que vão adotar, medidas restritivas do uso de telemóveis nas escolas, variando, necessariamente, quanto aos níveis de ensino — alguns só no ensino básico, outros incluindo o ensino básico e o ensino secundário —, variando quanto ao perímetro da limitação — nalguns casos só as salas de aulas, noutros casos incluindo também partes comuns e partes de recreio —, sempre tendo em atenção situações de exceção devidamente regulamentadas, como são os exemplos de aulas com conteúdos mais tecnológicos ou necessidades de contacto por razões médicas ou familiares.

Permito-me relembrar a todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados que, em 2023, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) solicitou aos Estados-Membros medidas de proibição da utilização de telemóveis e *smartphones* nas salas de aula e, entre a argumentação que foi aduzida na altura pela UNESCO, estão sinais claros de debilitação da aprendizagem, detetados nos exames PISA (Programme for International Student Assessment).

O debate é sério, deve ser feito de forma profunda, informada e serena, e o CDS quer aprofundar o que sabemos sobre a experiência, nesta situação, em Portugal.

Sabemos que a lei portuguesa, designadamente o Estatuto do Aluno, criado em 2012 com particular intervenção do CDS, aponta para a não permissão deste tipo de equipamentos na sala de aula. Mas também sabemos que, em resultado da desgovernação do PS dos últimos oito anos, também na área da educação, as escolas adotam políticas muito diferentes e, às vezes, contraditórias sobre a matéria.

Queremos que os portugueses possam ouvir testemunhos, experiências e resultados da nossa comunidade em relação aos caminhos que há a seguir. E, como primeiro passo, o CDS proporá muito em breve na Assembleia da República, na Comissão de Educação, um conjunto estruturado de audições: de direções de escola; de representantes dos professores, estudantes e pais; de especialistas em política de ensino; de responsáveis orgânicos por estas questões nos graus de ensino pertinentes, básico e secundário; de médicos e profissionais especializados, designadamente em pediatria, psicologia e psiquiatria; de associações da sociedade civil; de empresas de tecnologia de educação, entre outros. Queremos um debate aberto e resultados produtivos.

Como segundo passo, em função do resultado das audições, é nossa intenção avançar para iniciativas legislativas.

Este debate de hoje é apenas um primeiro passo, outros vão-se seguir.

Porque o direito a brincar e a conviver é um direito imaterial da humanidade, o CDS quer preservar a existência e a continuidade deste direito das nossas crianças e dos nossos jovens.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado tem três pedidos de esclarecimento.

Pausa.

Parece que vem mais um a caminho.

Tem quatro pedidos de esclarecimento. Divide ao meio, Sr. Deputado?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito bem.

Afinal, chegou mais um. São cinco.

Então, responde primeiro a um grupo de três e depois a um de dois. Pode ser, Sr. Deputado Paulo Núncio?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Pode ser, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Então tem a palavra, para pedir esclarecimentos, a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, obrigada por nos trazer esta questão, que é muito pertinente.

Ainda há poucos dias, no encontro que tivemos com um grupo de parlamentares suecos, levantei exatamente esta questão, para perceber como é que na Suécia a questão do uso dos telemóveis está a ser tratada.

Mas isto é mais do que um problema nas escolas, é um problema geral. Sabemos que o uso do telemóvel, de redes sociais por parte de crianças e de jovens tem um impacto grande na sua saúde mental, contribui para *bullying* que passa despercebido, contribui para o acesso a pornografia demasiado cedo, que, sabemos, está a alterar até a forma como as relações sexuais e amorosas são vistas pelos jovens. Portanto, isto tem um impacto muito grande na vida de tantas crianças, de jovens e, depois, das suas famílias.

Mas parece-nos que não basta apenas restringir o uso de telemóveis nas escolas. Na verdade, é preciso educar e informar, de forma geral, não apenas as crianças e os jovens, mas a sociedade e as famílias em geral.

Por isso pergunto, acompanhando esta questão da restrição dos telemóveis nas escolas, se não concorda que é preciso também reforçar a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, para incluir estas questões das redes sociais, dos telemóveis e ainda questões relacionadas com o consentimento e com a educação sexual, que, sabemos, também são importantíssimas para lidar com estas questões das redes sociais.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, para formular um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, quero cumprimentá-lo pela sua intervenção e pelo tema que trouxe.

No Bloco de Esquerda, há muito que temos vindo a suscitar este tema: apresentámos um projeto de lei na anterior Legislatura e acompanhamos o conjunto da comunidade educativa, da academia e de associações de pais e mães que têm vindo a refletir sobre isto em território nacional, pedindo à Assembleia da República e ao Governo que se reveja o Estatuto do Aluno, no sentido de proibir o uso de telemóveis no 2.º ciclo e de o limitar no 3.º ciclo.

É importante olharmos para o espaço da escola, mas também para a sociedade, e ver que é importantíssimo promover a socialização cara a cara, o hábito de brincar, a interação entre crianças e jovens no espaço *offline* e redescobrir espaços de interação social que se estão a perder, e nós, sociedade, perdemos com isso.

Isto tem um fortíssimo impacto na saúde mental, na ansiedade. Todos nós certamente nos assustamos com os vários relatos de *bullying* digital que conhecemos, com as enormidades que acontecem, com a forma como as crianças sofrem com o registo permanente, sentindo-se permanentemente vigiadas, quando tudo pode ser gravado, quando há notificações a toda a hora. É importante que isto pare e que se faça um debate, e nós estamos muito motivados para o mesmo.

Mas a pergunta que lhe faço, estando de acordo com toda a reflexão e com todas as iniciativas que aqui propôs, é se o Sr. Deputado tinha o telemóvel desligado enquanto preparava esta intervenção, porque o Governo acaba de anunciar que vai proibir o uso de telemóveis no 2.º ciclo e limitá-lo no 3.º ciclo.

Contudo, creio que isso não limita a Assembleia da República e todo o debate que temos de fazer, por isso deixe-me terminar esta intervenção cumprimentando-o por ter trazido este tema e dizendo que temos toda a disponibilidade para acompanhar todas as bancadas nesse debate que precisamos de fazer.

Aplausos do Deputado do PSD Cristóvão Norte.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Nuncio, cumprimento-o pelo tema que traz a debate.

Estamos no início do ano letivo, é um facto, que se inicia com muitos e muitos problemas que continuam por resolver. Não foi sobre isso que o Sr. Deputado entendeu falar. Trouxe aqui um tema que também consideramos de grande relevância e que constitui, de facto, uma preocupação, porque há uma exposição excessiva de crianças e jovens a ecrãs lúdicos, que tem consequências na sua saúde, no comportamento, no plano cognitivo, no aproveitamento escolar.

Sabemos que é um problema mais vasto e que exige efetivamente a adoção de medidas.

Gostaria, no entanto, de introduzir outro aspeto, que não está desligado deste, que se prende com os espaços lúdicos das escolas: é que os próprios recreios não são dotados de um conjunto de equipamentos que convidem à brincadeira, à socialização entre as crianças e entre os jovens. E este é um problema no qual também importa intervir.

Sabemos que, muitas vezes, nos próprios espaços de recreio, há proibições de brincar com a bola, de correr, de saltar, de fazer o pino. Estas são brincadeiras muito comuns entre as nossas crianças e jovens que, muitas vezes, não são permitidas no próprio espaço da escola.

O que é que queremos acrescentar à discussão com este aspeto? É que, por um lado, importa olhar para experiências que já existem no nosso País, em várias escolas e agrupamentos que são livres de equipamentos digitais nos seus recreios. E importa, de facto, que o Governo e o Ministério da Educação possam, inclusivamente, traçar orientações relativamente a estas matérias e que estas experiências possam ser alargadas a outros espaços e escolas.

Mas importa também promover e valorizar os espaços exteriores das escolas com equipamentos — vou terminar, Sr. Presidente — que permitam às crianças e jovens usufruir dos recreios, brincar, o jogo lúdico.

Nesta Legislatura, já entregámos uma iniciativa neste sentido e gostávamos de saber o que é que o CDS pensa sobre ela.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Isso é que foi pontaria, Sr.^a Deputada.

Risos da Deputada do PCP Paula Santos.

Sr. Deputado Paulo Nuncio, dispõe de 3 minutos para responder aos pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, registo com agrado os comentários positivos que foram feitos pelas bancadas que já intervieram neste debate.

É, de facto, algo que achamos que deverá merecer um consenso desta Assembleia, porque entendemos que é uma matéria que não deve separar a esquerda da direita. São interesses fundamentais das nossas crianças e dos nossos jovens. Os dados empíricos são muito significativos e impactantes, e é preciso coragem para avançar no sentido de legislar e proteger a geração de crianças e jovens que estamos a formar.

Não queremos formar uma geração de jovens e crianças falhados, uma geração de jovens e crianças que não têm vida social, que não convivem, que não brincam, que não usam os recreios para conviver. Precisamos de medidas corajosas, como as que estão a ser adotadas noutros países, para avançar para estas soluções.

Relativamente à primeira pergunta, que foi feita pela Deputada Isabel Mendes Lopes, Sr.^a Deputada, no CDS distinguimos muito bem o que é ensino, que é responsabilidade da escola, do que é educação, e aí entendemos que a responsabilidade maior é da família. Nisso discordamos substancialmente com a solução que a Sr.^a Deputada apresentou. Há determinadas matérias em que entendemos que deve ser família a educar os seus filhos e a escola não deve, pelo menos numa linha principal, intervir nesse tipo de assuntos.

Quanto ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, queria-lhe dizer, Sr. Deputado, registando também com agrado os comentários que fez, que o que o Governo hoje propôs foi uma recomendação às escolas. Nós acompanhamos essa recomendação, mas o que queremos é ir mais além da recomendação.

O que nós queremos é, primeiro, iniciar um debate com todos os participantes na educação em Portugal — a começar nas direções das escolas, associações de pais, de alunos, de professores, envolvendo a comunidade médica, especialistas em pediatria, psicologia, psiquiatria, e associações da sociedade civil —, de forma que, ouvindo os testemunhos e pareceres técnicos de especialistas, possamos aqui, na Assembleia, legislar sobre esta matéria que consideramos decisiva para o futuro da nossa juventude e dos nossos jovens.

Sobre a pergunta que foi feita pela Deputada Paula Santos, quero dizer que acompanhamos o princípio que referiu. Achamos que as escolas devem ter espaços lúdicos, e por isso terminei a minha intervenção da forma que terminei: o direito a brincar e a conviver é um direito imaterial da humanidade, e temos a obrigação de preservar e defender esse direito dos nossos jovens e das nossas crianças.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, aquilo que o Governo veio agora anunciar é que vai fazer, ou fez, uma recomendação para que seja proibido o uso de telemóveis e que, a partir do 3.^o ciclo, se adotem medidas de desincentivo à sua utilização. E nós concordamos com esta recomendação, porque temos noção de alguns dos malefícios que o uso excessivo de telemóveis tem.

Agora, há uma coisa que é certa: não há ninguém que saiba melhor o que é bom para os seus filhos do que os seus pais...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... e não há ninguém que conheça melhor a sua realidade concreta e a sua comunidade escolar do que as escolas.

Por isso, a minha questão é simples: não acha que a liberdade de adoção desta recomendação e a forma como as regras serão criadas dentro de cada escola devem ser mantidas? Qual é o benefício em tratar tudo por igual e limitar-se a fazer uma proibição a eito em todas as escolas, limitando esta liberdade, bem como a autonomia de cada escola poder decidir o que é melhor para a sua comunidade escolar?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, do PS.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, queria recordar que o Governo anterior também se preocupou com este tema, que, aliás, preocupa transversalmente toda a sociedade. Por isso, teve a iniciativa de pedir um parecer ao Conselho das Escolas, que se pronunciou e recomendou, na altura, a preservação da autonomia das escolas na regulação desta matéria. Dessa autonomia, o que resultou, até ao último ano letivo — o ano letivo de 2023/2024 —, foi uma reduzida adesão dos agrupamentos de escolas, por isso só 2 % é que restringiram ou proibiram a utilização de *smartphones*.

De facto, como já foi aqui referido, enquanto estávamos nesta sessão, o Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação anunciou medidas de recomendação relativas a esta temática. O que esperamos é que não seja mais uma medida precipitada, como é hábito deste Governo,...

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

... feita à pressa, sem envolver na discussão atores fundamentais, como os especialistas, que têm muito a dizer sobre este equilíbrio do *online/offline* ou dos compromissos com o desafio digital ou das especificidades de cada escola, e, naturalmente, professores, pais e diretores e, claro, também o Parlamento. É muito importante que este debate seja feito de forma alargada.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Paulo Núncio, tem 3 minutos para prestar esclarecimentos. Faça favor.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, respondendo à questão que foi colocada pela Deputada Mariana Leitão, volto a referir que o que o Governo fez hoje, o que aprovou em Conselho de Ministros, foi uma recomendação às escolas, e as escolas seguem, ou não, de acordo com a sua autonomia e de acordo com aquilo que entendem que deve ser o que funciona na sua escola.

Acontece, Sr.^a Deputada, que a não permissão de utilização de telemóveis e *smartphones* em ambiente escolar, e em particular nas salas de aula, já existe desde 2012 na lei. O Estatuto do Aluno e Ética Escolar prevê desde 2012, e com a intervenção do CDS na altura e, designadamente, do Secretário de Estado da Educação, uma não permissão de utilização de telemóveis e *smartphones* desde essa altura.

O que é que aconteceu? O que aconteceu foi que, durante a governação do Partido Socialista, esta questão não foi cumprida e as escolas continuaram a não cumprir o que está previsto na lei e continuaram a aceitar, em muitos casos, a utilização de telemóveis e *smartphones* em ambiente escolar e, em particular, nas salas de aula.

O que nós entendemos é que, por um lado, a lei deve ser cumprida e, por outro lado, Sr.^a Deputada, deixe-me que lhe diga, e eu sei que a Sr.^a Deputada não é negacionista, que os indícios científicos nesta matéria são absolutamente avassaladores. Existem estudos internacionais que demonstram, de forma inequívoca, que a utilização abusiva e excessiva de telemóveis em ambiente escolar provoca claramente falta de atenção por parte dos alunos, desconcentração crónica, que afeta depois níveis de aprendizagem e resultados escolares, além de afetar de forma clara a saúde mental de muitos alunos, apontando, designadamente, muitos desses estudos para situações de isolamento, de grande ansiedade e mesmo tendências depressivas.

Por isso, Sr.^a Deputada, acho que temos de ter a coragem de enfrentar o problema e de, com serenidade, com informação, mas com profundidade, ouvir os especialistas e depois tomar decisões relativamente a esta matéria.

Sobre aquilo que me foi apresentado e sobre a pergunta que me foi feita pela Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, volto a dizer-lhe: isto está na lei desde 2012. Infelizmente, como disse, no Governo do PS houve apenas um acompanhamento da situação, a lei não foi efetivamente posta em funcionamento e, por isso, é importante que se abra este debate e, depois de ouvidas as entidades e os especialistas, que o Parlamento tenha a coragem de legislar nesta matéria para defender os interesses das nossas crianças e dos nossos jovens.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada Isaura Morais, do PSD, tem a palavra para uma declaração política.

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os portugueses sabem hoje que este Governo é de palavra,...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — A sério?!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — ... que este Governo cumpre os compromissos,...

Risos do PCP.

... que este Governo, o XXVI Governo Constitucional, é diferente do anterior.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — É um Governo que olha com sentido de responsabilidade para o apoio aos que mais precisam, para as muitas questões nas áreas do trabalho que ficaram por resolver do anterior Governo socialista, para a segurança social e para a inclusão. A palavra dada é agora, e vai continuar a ser, a palavra honrada.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Este é um Governo que governa com sensibilidade, com responsabilidade social e com respeito pelos portugueses. O Governo liderado por Luís Montenegro não vive de anúncios máximos e concretizações mínimas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Hoje há um caminho claro que assenta em três pilares: analisar, avaliar e decidir.

O complemento solidário para idosos é um grande exemplo desta forma séria e justa de gerir o País...

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

... e um forte apoio, aposta e centralidade no setor solidário e social. O Governo de Portugal fê-lo para garantir o funcionamento diário da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e para implementar uma verdadeira estratégia para as pessoas em situação de sem-abrigo.

Mas, vejamos mais concretamente algumas das medidas que este Governo implementou e como têm, de facto, melhorado a qualidade de vida das pessoas. Os critérios de atribuição do complemento solidário para idosos sofreram uma profunda alteração, que permitiu o alargamento a mais pessoas, cortou as barreiras que, durante muitos anos, o Partido Socialista não quis quebrar.

Vejamos algumas: o aumento do valor de referência para 600 € mensais; o alargamento do universo dos pensionistas abrangidos, depois de serem retirados os rendimentos dos filhos como critério e fator de exclusão na atribuição desta prestação; a atribuição de benefícios adicionais de saúde para os pensionistas, com destaque para o aumento da comparticipação dos medicamentos com prescrição médica, que passou de 50 % para 100 %.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Isto é governar para as pessoas, com sensibilidade, e só assim podemos ter uma sociedade mais forte.

O Governo decidiu atribuir, também, um apoio de 100 % na parcela não comparticipada pelo Serviço Nacional de Saúde aos antigos combatentes, uma medida importantíssima para os utentes pensionistas beneficiários do Estatuto do Antigo Combatente, que vai ocorrer de forma faseada entre 2025 e 2026.

Falemos também para os jovens. A prioridade do Governo é clara: atrair e reter talento e conhecimento no nosso País; contribuir para melhores salários, que vão ajudar a mudar o perfil do contribuinte, mais jovem e mais bem remunerado. Esta opção dá garantias de maior sustentabilidade à Segurança Social. Estes dois exemplos são factos que comprovam a importância e transversalidade das medidas tomadas por este Governo.

Também os representantes dos trabalhadores e dos empregadores voltaram a ter, na concertação social, a dignidade que lhes foi retirada. Centrou-se neste órgão tripartido um verdadeiro espaço de diálogo, de discussão franca, entre Governo, sindicatos e patrões, passando a estar aí o centro da discussão e não apenas uma mera sala de assinatura de documentos, sem verdadeira base de conciliação das partes, frustrando a generalidade das expectativas criadas.

Este Governo decide rever a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo. O caminho passa agora por ter respostas de maior proximidade, por dispensar os planos macro, que eram impostos e eram iguais para todo o País. É esta a sensibilidade essencial à governação que tanta falta fez a Portugal e que agora é a essência deste Governo.

Estamos todos conscientes de que ainda há muito mais por fazer, apesar de tanto já ter sido feito em tão pouco tempo: 94 % dos pensionistas vão ser abrangidos e metade destes vão receber, em outubro, um suplemento de 200 €. Repito: 94 % vão ser abrangidos e metade destes vão ser abrangidos pelo suplemento de 200 €. Isto espelha bem a importância deste tema e o muito trabalho que há a fazer para que todos possam ter pensões condignas.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados — pasme-se! —, ficámos surpreendidos ao ouvir as declarações do Deputado António Mendonça Mendes, dirigente do Partido Socialista que exerceu funções governativas até há tão pouco tempo, que entende que o suplemento atribuído aos pensionistas revela, e cito, «falta de escrúpulo, que não é compatível com o exercício de funções governativas.» O Partido Socialista, através das palavras do Sr. Deputado, rejeita um apoio suplementar aos pobres dos mais pobres.

Protestos do Deputado do PS Francisco César.

Este suplemento é uma falta de escrúpulos? É isto, Srs. Deputados?

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, os portugueses sabem com quem podem contar, e a bancada parlamentar do PSD vai continuar a garantir que o Governo tem, e terá, condições para dar seguimento ao bom trabalho em nome do País, que precisa de uma gestão responsável e não oportunista.

Há muito a fazer, sem dúvida, e o Governo não pode estar à mercê de agendas pessoais. O Governo não está a governar com base nas expectativas dos partidos da oposição, mas sim com base naquilo de que Portugal precisa...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.^a Deputada tem quatro pedidos de esclarecimento.

Pausa.

Afinal, são cinco pedidos de esclarecimento.

Pausa.

Espere um pouco, Sr.^a Deputada, porque o telefone ainda está a tocar, vamos ver se são seis.

Pausa.

Não, são cinco pedidos de esclarecimento. Sr.^a Deputada, como é que deseja responder?

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Presidente, respondo a um grupo de três e depois a um grupo de dois.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sim, senhora.

Então, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Galveias, do Chega.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isaura Morais, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o setor social abrange a saúde, a educação, a proteção social e o apoio aos grupos mais vulneráveis.

Durante os oito anos do Governo socialista, o PSD, a par com o Chega, sempre defendeu que as políticas do PS, para qualquer das áreas referidas, eram insuficientes, deixando à mercê da fome e do frio os mais vulneráveis: os idosos. Como é sabido, o número de pobres e de idosos a viver no limiar da pobreza continua a aumentar,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — ... o número de camas para cuidados continuados não é suficiente, o apoio domiciliário deixa muito a desejar.

Oito anos foram mais do que suficientes para que os atuais governantes se preparassem, e os mais de 100 dias de governação são mais do que suficientes para que sejam tomadas medidas para colmatar os problemas dos mais desprotegidos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — O que temos visto não passa de continuidade das políticas socialistas, que apenas contemplou promessas e medidas avulsas — o suplemento dos 200 € é um exemplo de uma medida avulsa —, e não vemos serem tomadas medidas consistentes que possam realmente resolver estes problemas.

Pergunto, pois, como e quando vai a AD, ou seja, o PSD, resolver consistentemente estes problemas?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isaura Morais, escutei com atenção o seu discurso enfático, mais do que isso, laudatório, escusadamente laudatório, deste Governo, mas gostava de salientar algumas notas, sobretudo pelas omissões. Por exemplo, não lhe ouvi uma palavra sobre o desemprego.

Ora, em relação a este, saliento os dados de julho passado, do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), que nos dizem que temos mais de 113 000 inscritos, dos quais 28,54 % têm mais de 55 anos, e que 38,44 % estão inscritos há um ano ou mais.

Isto remete-nos para os problemas, por um lado, do desemprego prolongado ou mesmo do desemprego de longa duração e, por outro lado, para o problema do futuro, sobretudo, dos trabalhadores mais velhos e que estão em situação de desemprego, o que por sua vez remete para uma exigência social, que é a do direito à reforma antecipada sem qualquer penalização. Não lhe escutei uma palavra sobre isto.

Também não lhe escutei nenhuma palavra sobre a necessidade do aumento generalizado, e de facto, dos salários, do salário mínimo nacional — para 1000 €, já este ano e não para as calendas —, e também das pensões de reforma.

Sr.^a Deputada, não ouvi uma palavra em relação ao facto de a esmagadora maioria dos pensionistas — mais de 75 % — auferir pensões à volta de 500 e poucos euros, ou seja, inferiores a 600 €.

Gostaria que corrigisse esta sua abordagem.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para pedir esclarecimentos, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isaura Morais, há muito a fazer em Portugal para reduzir a desigualdade, sim, mas isso passa também por não abdicar de receitas fiscais que podiam, sim, apoiar um verdadeiro aumento de pensões e até financiar uma herança social dada a todos os jovens que começam a sua vida adulta. Contudo, a verdade é que o Governo se prepara para abdicar de mais de 2000 milhões de euros por ano em receita fiscal.

Portanto, como é que o Governo do PSD quer combater a desigualdade em Portugal?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada, nem me dá tempo para recuperar a guia.

Risos.

Para responder, dispondo de 3 minutos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isaura Morais.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Presidente, agradeço as questões que me foram colocadas pelos Srs. Deputados Jorge Galveias, Alfredo Maia e Isabel Mendes Lopes.

Começo por responder precisamente ao Sr. Deputado Alfredo Maia, referindo que o Sr. Deputado me pediu esclarecimentos sobre aquilo que eu não disse.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Claro!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Por isso é que vale a pena!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Disso se falará depois, se o Sr. Presidente assim o entender.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O que a Sr.^a Deputada disse, nós ouvimos!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Dentro das medidas da área social, entendi fazer uma intervenção sobre algumas das áreas.

Sobre as áreas relativamente às quais o Sr. Deputado levanta questões, nomeadamente a questão do desemprego, deixe-me que lhe diga o seguinte: perante o ataque cerrado que o PCP faz às empresas, quero lembrá-lo de que quem cria empresas, quem cria empregos e quem cria postos de trabalho são precisamente as empresas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem!

Vozes do PCP: — São os trabalhadores!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Quanto ao Sr. Deputado Jorge Galveias, o Sr. Deputado referiu um conjunto de medidas que efetivamente terão de ser mais bem trabalhadas, mas em consonância. Nomeadamente, quando fala na questão do apoio domiciliário e de outras áreas, como as altas hospitalares, isso é algo que depende não só da segurança social, mas também da área da saúde.

Julgo que todos concordamos que terá de haver uma grande aposta, um grande empenhamento e um grande apoio às instituições de solidariedade social que prestam este trabalho e que tão bom e tanto trabalho fazem nesta matéria.

Quanto à Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, o que refere tem a ver com a questão dos impostos, com a dificuldade e a pobreza em que, ao fim e ao cabo, grande parte da nossa sociedade se encontra.

Sim, assim é. Por isso é que o atual Governo implementou medidas como o complemento solidário para idosos (CSI), agilizando e facilitando, tirando barreiras para que pudesse ser mais abrangente.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Refiro, por exemplo, que esta medida chegará ao bolso dos contribuintes, nomeadamente dos nossos pensionistas, já em outubro, antes de termos o próximo Orçamento para 2025, precisamente com essa sensibilidade e responsabilidade social em relação aos mais pobres da nossa sociedade.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal, que eu não vejo aqui.

Pausa.

Não, peço desculpa. Tenho o papel errado à frente.

Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Tiago Barbosa Ribeiro, do Partido Socialista.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Isaura Morais, fez ali uma intervenção propagandística em que referiu um cabaz de medidas.

Tem graça porque, no caso do CSI, mencionou uma medida que estava no Programa Eleitoral do Partido Socialista, mas não no Programa Eleitoral do PSD.

Na verdade, no que diz respeito ao CSI, nós aumentámos o valor de referência anual de 4900 € para mais de 6600 €, entre 2015 e 2024, nos Orçamentos do Estado que o Dr. Luís Montenegro dizia que não precisava de ver para votar contra. Portanto, o PSD não nos acompanhou nisso.

A mesma coisa em relação às pensões. Fizemos seis aumentos estruturais de pensões — e não estes aumentos eleitoralistas que os senhores se preparam para fazer —, aumentando 45 % a massa atribuída às pensões em Portugal.

Mas, relativamente ao setor social, nós temos tido, ao longo dos últimos anos, uma profunda parceria com o setor social.

O investimento na cooperação aumentou 60 %, entre 2015 e 2024. Falamos de mais de 2 mil milhões de euros no Orçamento do Estado para este ano, com o qual o PSD continua a governar, embora tenha votado contra. A atualização anual da comparticipação para lares, entre 2011 e 2015, foi inferior a 1 %, e só este ano foi superior a 11 %. Aprovámos mais de 850 candidaturas no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e no âmbito do PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais) para equipamentos sociais, um investimento de mais de 50 000 lugares. Além disso, aprovámos várias medidas, nomeadamente a Creche Feliz — um bom exemplo de parceria no setor social entre os privados e o Estado.

Gostaria de salientar este tema, porque nos últimos dias fomos confrontados com algumas notícias a este respeito. Cito, por exemplo, uma notícia do *Observador*, do passado dia 7 de setembro, que nos diz: «Inscrições atrasadas por “ordens superiores”, dados por atualizar e regras por definir. Creche Feliz “não está a correr bem”». E são apresentadas dezenas de exemplos de creches que não têm a contratualização devida, de famílias que não têm as mensalidades pagas e de dirigentes, nomeadamente da Associação de Creches e Pequenos Estabelecimentos de Ensino Particular, que dizem que o Governo não está a cumprir aquilo com que se comprometeu.

O orador exibiu a notícia que mencionou.

A Sr.^a Deputada disse ali, da tribuna, que o Governo está a governar para os portugueses. Considera que isto é governar bem para os portugueses?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para o último pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isaura Morais, cumprimento-a pela sua intervenção.

Nós estivemos sempre de acordo com a necessidade de alterar e de aumentar o CSI. Não fazia nenhum sentido que o rendimento dos filhos fosse contabilizado para a atribuição desse mesmo complemento. Era necessário aumentá-lo. Nisso, estamos de acordo.

Agora, diz a Sr.^a Deputada que o Governo e a sua bancada querem combater a desigualdade social.

Vejamos o que têm feito nesse aspeto.

Diz que têm como preocupação as pessoas em situação de sem-abrigo, que têm aumentado em Portugal. No entanto, uma das medidas mais paradigmáticas do Governo é o seu programa para a habitação, que está a aumentar o custo da habitação.

Ora, o aumento do custo da habitação e a falta de oferta de habitação a custos controlados são alguns dos principais fatores que não só pressionam o orçamento das famílias, como contribuem para o aumento da população em situação de sem-abrigo.

Temos em Portugal, infelizmente, o fenómeno, que se alarga cada vez mais, de pessoas que, trabalhando, não conseguem arrendar casa.

A Sr.^a Ministra da Juventude — provavelmente prevendo os dados que saíam — reconheceu que o plano ia falhar. E a verdade é que falhou. As casas estão hoje mais caras.

É um erro tirar a pouca regulação que existia para o alojamento local, porque o resultado está à vista: casas mais caras, menos gente com acesso a casas.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — O que é que isso tem a ver?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A mesma coisa quanto à política fiscal que o Governo quer prosseguir, que incrementa a desigualdade em Portugal, porque reduz a progressividade.

Mas há uma última pergunta que lhe quero fazer — porque é uma medida potenciadora de gerar ainda mais desigualdade e sobre a qual ainda não ouvimos o PSD — sobre os supostos planos do Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação de aumentar as propinas.

Pergunto à sua bancada e à Sr.^a Deputada: é a favor, ou não, do descongelamento das propinas?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isaura Morais, do PSD, dispondo para o efeito de 3 minutos.

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço as questões que foram colocadas.

Ao Sr. Deputado Tiago Barbosa Ribeiro digo: sim, o Partido Socialista tinha colocado essa medida no seu programa, mas a verdade é que estive oito ou nove anos no Governo e, durante esses anos, não eliminou estas barreiras para a atribuição do complemento solidário para idosos, quer quanto à barreira do rendimento dos filhos, quer quanto ao aumento da comparticipação dos medicamentos de 50 % para 100 %, ou ainda quanto ao aumento do valor de referência, que passou para os 600 €.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Foi feito!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Portanto, é muito fácil agora dizer que foi anunciado, mas a verdade é que o mesmo não foi executado.

Sobre as questões que levanta, aqui, das áreas sociais, nomeadamente deste Governo, deixe-me que lhe diga que foi o Partido Socialista que hipotecou o apoio social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Sr. Deputado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Deputado do PS Tiago Barbosa Ribeiro voltou a exhibir a notícia que mencionou.

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Quanto às questões que são levantadas sobre a habitação, como sabe, Sr. Deputado, este Governo está em exercício de funções há cinco meses. Seguramente que o problema da habitação não pode ser atribuído dessa forma a este Governo, mas sim ao Governo que, inclusive, o Bloco de Esquerda também apoiou a determinada altura.

No que toca às questões da política dos sem-abrigo, sim, também concordamos que o custo de mercado das habitações está elevado. Mas também sabemos como estiveram, ao longo dos últimos anos, as taxas de execução do PRR que estava previsto para a criação de habitação, precisamente nesta matéria.

Sobre a estratégia para as pessoas em situação de sem-abrigo, foi algo que também referi, nomeadamente a alteração de alguns critérios para poder haver maior proximidade. Não se trata apenas de medidas de âmbito geral, mas, sim, de medidas apropriadas a cada uma das situações, bem como algo que o Governo anterior não fez, que foi atualizar os dados antes de definir a estratégia para os sem-abrigo.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma declaração política, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, do PS.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Amanhã começa mais um novo ano letivo, mas infelizmente o cenário que temos é preocupante.

O atual Governo criou a expectativa da resolução fácil e imediata de problemas em áreas determinantes para os portugueses, como a educação e a saúde, sem refletir sobre as causas estruturais dos mesmos.

Anunciam planos de emergência ineficazes, e agora — conscientes de que defraudaram as expectativas criadas e perante a desilusão de todos — argumentam que é preciso tempo para a resolução dos problemas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E não é?!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Mas o que fica evidente é que os problemas se agravaram durante a sua governação, sendo cada vez mais difícil acreditar em respostas de emergência que não servem o propósito.

Protestos do Deputado do PSD Cristóvão Norte.

Mas vamos a factos. A comparação dos horários por atribuir em relação a 2023 revela um agravamento de 30 % de alunos sem docente a pelo menos uma disciplina, e o movimento Missão Escola Pública antecipa mesmo um agravamento de 40 % no arranque do ano letivo, com cerca de 200 000 alunos a quem vai faltar pelo menos um docente.

Contudo, o mais preocupante é que as medidas de emergência do plano + Aulas + Sucesso estão longe de produzir efeitos imediatos e significativos. É um plano suportado na adesão de professores reformados ou em idade de reforma, bolseiros, investigadores e docentes do ensino superior.

Em algumas medidas o Governo recuou, como, por exemplo, na diminuição de 10 para 6 horas de carga letiva prevista para bolseiros de investigação, consciente do risco de desvirtuar a essência da sua atividade ou de fomentar a precariedade no mercado de trabalho.

Recuou, também, na proposta do apoio à deslocação, que nos moldes apresentados cria profundas desigualdades entre professores.

Outras medidas introduzem também desigualdades, como é o caso dos professores do ensino superior, cujo tempo de lecionação lhes será contabilizado para reposicionamento na carreira. Também é o caso das bolsas atribuídas a estudantes de cursos via ensino, mas não de outros cursos onde há igualmente falta de profissionais. Há ainda desigualdades patentes na proposta do concurso extraordinário de vinculação de professores em escolas carenciadas, nomeadamente entre professores sem habilitação própria, profissional, e estudantes dos mestrados profissionalizantes, ou entre professores contratados e professores do quadro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é demasiado evidente que o Governo da AD está em campanha permanente, lançando programas feitos de forma precipitada e, em muitos casos, desprovidos de novidade. Não tomou o devido tempo para pensar em medidas de fundo, transformadoras, com um alcance estrutural, que permitam responder aos problemas no médio e no longo prazo.

Mas no curto prazo também não houve soluções. Em vez de trazer respostas estruturais, o Governo decidiu criticar e desaproveitar o melhor instrumento que teve ao seu dispor, que foi o concurso de professores, dizendo que tinha vagas a mais. Ninguém entende isto, sabendo que havia no sistema uma enorme precariedade que conduzia a situações pessoais e familiares indignas.

Foram cerca de 71 000 professores a concurso e a verdade é que há, como já referi, milhares de alunos sem professor. Sem o concurso ambicioso que foi feito, o cenário seria seguramente muito pior, mas sobretudo a precariedade seria imensa. Este concurso permitiu aos professores vincularem-se, aproximarem-se da sua residência e fixarem-se em escolas. Juntamente com o alargamento dos quadros de zona pedagógica, esta foi a maior operação de estabilização da vida de professores.

Mas a precariedade não parece preocupar o atual Governo, que despreza o investimento na escola pública, privilegiando o ensino privado, tendo sido célere a aumentar o financiamento destas escolas com o reforço dos contratos de associação.

Contudo, não foram tão céleres a abrir o devido concurso para os professores do ensino artístico especializado da música e da dança ou a garantir a vinculação automática dos professores ao abrigo da norma-travão, tal como determina a lei.

A organização do ano letivo foi tardia, com enorme pressão sobre os diretores das escolas, que não tinham turmas autorizadas devido aos sucessivos problemas no portal das matrículas. O Guião de Apoio à Organização do Ano Letivo chegou a 7 de agosto e foi imediatamente acusado por professores e diretores de ilegalidades. Tardou, também, a confirmação das renovações dos técnicos especializados.

É profundamente lamentável que, no meio de todas as confusões que o Governo criou, não haja espaço para reflexão e debate sobre os desafios importantes para a qualidade da escola pública.

Mas quero sublinhar que o relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), *Education at a Glance 2024*, apresentado ontem, demonstrou a assertividade da governação do PS em vários domínios, designadamente no aumento da qualificação da população, nos resultados educativos dos imigrantes, no investimento em cuidados de infância, no aumento da participação em educação e formação de adultos e na trajetória crescente de investimento em educação.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.^a Deputada tem cinco pedidos de esclarecimento e informou a Mesa que responderá, primeiro, a um conjunto de dois pedidos e, depois, a outro conjunto de três.

Para um primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Gilvaz.

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, arrancou mais um ano letivo. Ainda não temos dados concretos relativamente a este ano, mas já sabemos que vão existir alunos sem aulas, falta de professores, horários vazios e outras falhas semelhantes a anos letivos anteriores.

Não sabemos os dados relativamente a este ano letivo, mas temos dados concretos e irrefutáveis relativamente a anos letivos anteriores: em setembro de 2021, havia mais de 26 000 alunos sem aulas por falta de professores; no ano seguinte, 92 000 alunos não tinham todos os professores que eram necessários; no ano passado, 117 000 alunos não tinham professor a pelo menos uma disciplina.

Nos últimos anos, os horários vazios têm vindo a aumentar, sobretudo nas disciplinas de Português, Matemática, Informática e Físico-Química, tendo-se fixado, no ano passado, no número de 456 horários vazios. A governação do Partido Socialista caracterizou-se por camuflar a falta de docentes com um excesso de alunos por turma.

Foram 2393 dias de tempo de serviço não recuperado por falha do Governo anterior, desgaste das comunidades educativas e falta de condições de trabalho, com escolas sem os equipamentos necessários sequer para a prática letiva.

O atual estado da educação em Portugal é reflexo e herança da governação do Partido Socialista nos últimos oito anos, portanto, parece-me que não é séria a declaração política que a Sr.^a Deputada fez hoje, nesta Assembleia.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Foi séria e factual!

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — Queria, então, perguntar-lhe se acha aceitável e legítimo o que acabou de dizer daquele palanque.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um segundo pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Pessanha, do Chega.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, não deixa de ser surpreendente que o PS traga hoje, aqui, como tema da sua declaração política, a educação, quando foi o principal responsável pela destruição da escola e do ensino em Portugal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Vejamos: a falta de professores não é um problema de hoje, não começou neste ano letivo. Foi durante os governos do PS que mais docentes abandonaram a profissão. Foram mais de 10 000 na última década.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Ser professor em Portugal é um martírio: colocados longe de casa, com vencimentos muito baixos, têm de lidar com uma burocracia infernal e com uma indisciplina sem precedentes.

Mas há mais: existem milhares de alunos sem aulas a mais do que uma disciplina — perto de 117 000 ao dia de hoje —, amputados na sua formação e com a igualdade de oportunidades, de que tanto falam, severamente posta em causa.

Ainda hoje, ficámos a saber, em notícia do *Correio da Manhã*, que o salário real dos professores portugueses diminuiu 4 % entre 2015 e 2023.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Culpa do PS!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Além disso, Portugal é o país que tem a menor percentagem de docentes com menos de 30 anos, correspondendo a 2,3 %. Tudo isto sabia o PS e nada fez para tornar a carreira atrativa e apostar na renovação geracional da mesma.

Mas é preciso mesmo muito descaramento para vir aqui falar sobre educação, quando foi durante os Governos do PS que mais se retirou a autoridade aos pais na educação dos seus filhos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — ... mais se reduziu a liberdade de escolha da escola — com o fim dos contratos de associação, por puro preconceito ideológico — e se criaram as chamadas casas de banho mistas, transformando as escolas em verdadeiros laboratórios sociais, à boa maneira marxista.

Risos do BE, do PCP e do L e protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

E, portanto, a pergunta que aqui lhe deixo é a seguinte: vai hoje o PS, ao iniciarmos o novo ano eletivo, aproveitar a oportunidade para, finalmente, assumir as suas responsabilidades pelo estado em que deixou o ensino em Portugal?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, do PS, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, invertendo aqui um bocadinho a ordem, queria começar por responder ao Sr. Deputado Bernardo Pessanha, dizendo que, de facto, é muito importante apostar no rejuvenescimento da classe docente, porque o número que apresenta é factual. Mas é tão factual esse como todos os outros dados da evolução do estado da educação em Portugal — e não sou eu que o digo, é a OCDE que o diz, no relatório que foi apresentado ontem.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Disso já não quer falar!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — E, por isso, vir aqui trazer um cenário totalmente negro, mas, sobretudo, que não é real, não me parece muito sério.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é real?! Perguntem aos professores!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Por isso, eu convido-o a ler em pormenor o relatório, que, em vários domínios, mostra qual foi a evolução do investimento do Estado na qualidade da educação em Portugal durante a governação do PS.

Depois, queria dizer que, de facto, concordamos com a questão do rejuvenescimento da carreira docente e, por isso, também sentimos a ausência de medidas do Governo da AD nesse sentido.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Não tem vergonha!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Aquilo que consideramos ser o mais importante — e é aquilo que estava no nosso programa de ação — é valorizar os índices salariais no início da carreira.

Aquilo que a governação do Partido Socialista fez...

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Não fez, não fez!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — ... foi um caminho para a estabilidade...

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Não fez!

Pausa.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Como estava a dizer, aquilo que o Governo anterior fez foi um caminho para combater a enorme precariedade que havia na classe docente.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Não fez, foi obrigado a fazer!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — O Governo anterior vinculou milhares de professores, com a maior vinculação de sempre,...

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Não foi uma iniciativa, foi imposto pela Comissão Europeia!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — ... e aproximou professores das suas áreas de residência, com o desdobramento dos quadros de zona pedagógica. Deu contratos definitivos e vinculou lugares de quadro a milhares de professores. Aliás, é só ouvirem qualquer debate organizado, tal como aconteceu ontem, num canal televisivo, onde também estava presente um membro do Governo e onde foi dado o testemunho de um professor que realçou, precisamente, a oportunidade que teve com este concurso para estabilizar a sua vida pessoal, familiar e profissional.

Portanto, isto são factos e foi aquilo que o Governo do PS fez e faria se estivesse no Governo, porque consta como medida no nosso plano de ação, e é uma medida central, a valorização dos índices salariais iniciais na carreira docente, que é fundamental para atrair professores.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, este ano letivo — e é verdade, há pouco fiz essa referência! — vai iniciar-se com todos os problemas por resolver. Este é um facto. Mas também há, neste conjunto de problemas, responsabilidades do Governo do Partido Socialista.

É verdade que o atual Governo do PSD e do CDS não está a tomar as medidas necessárias para, de facto, garantir as condições adequadas para o sucesso escolar, para a igualdade entre os estudantes, para uma escola pública com qualidade, gratuita e para todos. Isso é um facto, mas o Partido Socialista tem aqui muitas e muitas responsabilidades. Na verdade, trouxemos várias vezes este tema a debate, mas perante o problema da falta de professores nas escolas, perante o problema da degradação das instalações das escolas, perante a precariedade que afeta muitos e muitos trabalhadores — sejam professores, sejam técnicos especializados —, perante a falta de psicólogos, de técnicos e da garantia dos meios para a escola inclusiva, a verdade é que o Partido Socialista, relativamente a este conjunto de matérias, não adotou as soluções necessárias e, de facto, a situação foi-se agravando.

Portanto, Sr.^a Deputada, relativamente a esta sua intervenção, aquilo que queria perguntar é o porquê desta recusa. Porque é que recusaram? Tinham todas as condições num anterior Governo, com maioria absoluta, para avançar. Tinham meios financeiros, pois vinham aqui valorizar o excedente orçamental. Porque é que não o fizeram? Porque é que não atalharam o caminho e, de facto, resolveram este conjunto de problemas? Falo, em particular, na valorização da carreira docente, na valorização da profissão, para atrair mais jovens para a profissão, mas também no combate à precariedade, pois há muitos e muitos trabalhadores que deviam estar integrados numa carreira, mas não estão. Tiveram todas as condições para o fazer, mas não o fizeram. Também no reforço dos meios, no investimento na escola pública, tinham os recursos financeiros para o fazer e a opção foi de não o fazer.

De facto, Sr. Presidente, o Partido Socialista tem aqui grandes responsabilidades nestes problemas que persistem na escola pública.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — De seguida, para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Alves, do PSD.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o PSD não vai aqui desresponsabilizar-se das suas funções em matéria de educação. Desde logo, assume que existe uma falha grave no nosso sistema e sabe que essa falha tem implicações, especialmente nas famílias que têm menos recursos. Isso deve-se, fundamentalmente — e eu achava que deveria existir um pedido de desculpas por parte da Sr.^a Deputada do Partido Socialista —, ao desinvestimento que existiu, ao longo dos últimos oito anos, em educação, por parte dos Governos do Partido Socialista.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Bem lembrado!

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Mas, para nós, a erradicação deste flagelo é, efetivamente, uma prioridade, e é isso que temos vindo a fazer para quebrar esse círculo vicioso. Vamos fazê-lo com transparência, assumindo junto das famílias os reais problemas, não vamos andar a esconder, como no passado se procurou fazer. E fá-lo-emos com humildade.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Temos perfeita consciência de que os problemas na educação não se resolvem em cinco meses, como os senhores podem querer fazer crer.

E vamos fazê-lo, também, com muito pragmatismo, como o temos feito até agora. Fizemo-lo com 21 medidas, das quais 17 são de emergência, e as de emergência estão hoje a começar a ser executadas nas escolas. Não peçam para ter os resultados no imediato: é neste ano letivo!

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Dezassete delas têm este objetivo, e, depois, há mais quatro medidas de natureza estrutural. Desde logo a recuperação integral do tempo de serviço — fomos nós que o fizemos, não foi nenhum dos senhores! —, e outras, como a revisão do Estatuto da Carreira Docente.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

E, mais: rever o regime da habilitação profissional dos professores, entre muitas outras medidas.

Mas temos uma ambição muito grande — muito maior ainda —, que é a de acabar, ou reduzir em 90 %, com o flagelo da falta de professores.

Por isso, Sr.^a Deputada, pergunto-lhe: com que autoridade é que vem pôr em causa a ação deste Governo, quando tem uma folha de serviço do passado, de oito anos, que a deve envergonhar?

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Não, não!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Não deve, certamente, vir aqui exigir do Governo o que não fez em oito anos!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, cumprimento-a pelo tema que trouxe. O ano letivo começou, uma vez mais, com milhares de alunos e de alunas sem professor ou professora. O problema é conhecido, a desvalorização da carreira docente trouxe-nos até aqui, e é a partir daqui que temos de discutir o programa do Governo.

O Governo PSD/CDS, como hoje é claro para toda a gente, preparou mal o arranque das aulas. Primeiro, apresentou em junho um programa que toda a gente sabia que ia falhar; aliás, ainda fica por saber quantos professores aposentados voltaram à carreira docente! Como se isso, alguma vez, pudesse ser uma solução.

Segundo, insistiram em aumentar a carga dos professores que estão no ativo — segunda medida errada, e o resultado está à vista.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Não há mais professores!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Lançaram um alarmismo irresponsável, dizendo que tinham aberto 6000 vagas a mais — onde é que estão essas vagas a mais?! —, quando o problema está, precisamente, nos milhares de vagas que ficam por preencher.

Diagnóstico errado, programa errado, milhares de alunos e de alunas sem professor ou professora.

Aproxima-se o início do ano letivo e o Governo apresenta agora um modelo de apoio aos docentes deslocados que, infelizmente, vai contribuir para criar mais desigualdades. Aliás, imagino que, em várias regiões do País, as Sr.^{as} e Srs. Deputados do PSD tenham dificuldade em explicar este fator de discriminação que criaram.

Por isso, pergunto à Sr.^a Deputada Isabel Ferreira se não considera que circunscrever o apoio aos professores deslocados a algumas regiões resulta numa injustiça em relação a outros docentes deslocados, alguns deles com encargos mensais de deslocação maiores, e se a criação de critérios para não pagar o apoio não é apenas mais uma forma de desvalorizar a carreira docente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Dispõe de 3 minutos para responder a Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, vou responder em conjunto aos Srs. Deputados Paula Santos, Pedro Alves e ainda Patrícia Gilvaz, a quem não tive tempo de responder na ronda anterior.

De facto, não é justo dizer que o Governo do PS não fez nada, e, sobretudo, não é correto. Porque, repare-se: foi o Governo do PS que descongelou as carreiras, foi o Governo do PS que valorizou as carreiras.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Ou, então, diga-me se trazer estabilidade às escolas, trazer estabilidade à vida profissional dos professores, com vinculação, com contratos e lugares de quadro em escolas, não é valorizar a sua carreira. Apostar na reabilitação de escolas...

Protestos do Deputado do PSD Pedro Alves e da Deputada do PCP Paula Santos.

Reparem, os únicos indícios de investimento na escola pública que o Governo da AD tem dado é visitando obras em escolas no âmbito de um programa desenhado, construído e inscrito no PRR pelo PS, pelo Governo do PS.

Aplausos do PS.

Tudo isso foi valorizar a carreira.

E também é factual que nós aumentámos o investimento em educação. Temos uma meta, temos um caminho, que todos desejamos, no que diz respeito ao investimento na educação em termos do PIB.

Protestos de Deputados do PSD e contraprotestos de Deputados do PS.

Foi um caminho de crescimento e uma trajetória sempre de crescimento.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Uma solução, indique uma solução!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Queria dizer, claramente, que fizemos isto tudo, mas o que nós não fizemos foi prometer milagres...

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — ... e soluções imediatas,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — ... como faz o atual Governo, para a saúde, para a educação, e que depois não cumpre, naturalmente.

Outra coisa que não fazemos é empolar números — mas teremos esse debate oportunamente, noutros momentos — para depois criar metas tangíveis.

Outra coisa que não fazemos é comprometer as contas públicas.

E ainda outra coisa que não fizemos — respondendo ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo — foi introduzir injustiças e desigualdades entre pares. Por isso, concordamos que o subsídio à deslocação nos moldes propostos introduz profundas desigualdades, mas, infelizmente, essa não é a única medida que o faz. Como eu disse, no plano +Aulas +Sucesso, há outras medidas que introduzem desigualdades, tais como: a questão da contabilização do tempo de serviço aos professores do ensino superior que ingressam na carreira, em relação àqueles que vincularam no concurso anterior; questões em relação às bolsas de estudos; questões do concurso extraordinário de professores; e, sobretudo, também em relação a outras profissões que não foram brindadas por estas medidas do atual Governo.

Portanto, por mais negro que queiram pintar o cenário da governação do Partido Socialista, não o conseguem, porque os factos são factos e, mais uma vez, convido a que leiam o relatório da OCDE *Education at a Glance*.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma última declaração política, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em pleno século XXI, e apesar do caminho social e legal que temos feito, há um canal português no *Telegram* onde 70 000 homens partilham conteúdos, sem consentimento, como instrumento para violência sexual com base em imagens, levando a que diariamente muitas mulheres tenham a sua intimidade exposta, em alta escala, na *internet* e sem que haja qualquer consequência para quem a expõe.

Esta realidade foi recentemente denunciada pela jornalista da NIT (*New in Town*) e não espelha um País e uma sociedade empenhados nos direitos das mulheres e com tolerância zero para com a violência de género e a violação de direitos, incluindo do ponto de vista da proteção da imagem e da liberdade sexual.

Neste grupo, diariamente, são trocados milhares de mensagens e partilhados conteúdos chamados de «pornografia de vingança» relativamente a ex-parceiras ou namoradas de amigos; *nudes* de celebridades, criadas por inteligência artificial; fotografias de mulheres, tiradas sem o seu consentimento, no dia a dia, seja a fazerem simples compras no supermercado, seja no escritório ou de biquíni na praia; ou fotografias de parceiras nuas, a tomar banho ou a dormir, tiradas sem o seu consentimento.

Estas partilhas são muitas vezes acompanhadas da partilha de dados pessoais da vítima, tais como endereços das respetivas redes sociais, contactos telefónicos, local de trabalho ou área de residência, bem como de informações sobre a sua rotina diária, como sejam os seus horários, transportes públicos que frequentam ou a que hora passam em determinado local.

Coletivamente, e muitas vezes de forma obsessiva, nestes grupos fazem-se ainda avaliações dos corpos das mulheres — afirma-se: «É feia, mas comia» —, pedem-se fotos a mulheres de zonas específicas do País, tenta-se esmear o mais que se pode as informações sobre as mulheres expostas.

A extorsão sexual é também uma realidade nesta plataforma, com as vítimas a serem coagidas — inclusivamente por via das redes sociais, por telemóvel — a divulgarem mais conteúdo íntimo, sob pena de denúncia à família, aos colegas de escola ou de trabalho ou até à sua entidade patronal.

Há ainda relatos de exposição de fotografias de menores, um crime absolutamente inaceitável; de publicação de supostas fotografias íntimas, que não o são; de disseminação de informações falsas sobre as vítimas; e — cúmulo da perversidade — de fotos tiradas debaixo das saias de mulheres, jovens e crianças, até em supermercados.

Isto representa o grau zero da decência e da dignidade humana. Nenhuma mulher, rapariga, menina, criança está a salvo da voracidade desta misoginia e da violação de direitos, que é intolerável, no nosso País. A violência sexual com base em imagens não é um tema novo, mas é um fenómeno criminal que não para de crescer e onde, pura e simplesmente, reina a total impunidade. É um fenómeno criminal cujas consequências vão muito além do campo digital, gerando ansiedade, stresse, medo e, por vezes, até o suicídio das vítimas, como já aconteceu em países vizinhos.

Sabemos que 1 em cada 10 estudantes do ensino superior já sofreu ameaças de divulgação de imagens íntimas e que 6 em cada 10 mulheres já foram vítimas de violência sexual baseada em imagens.

No ano passado, a Assembleia da República aprovou uma lei que reforçou a proteção às vítimas deste crime, com a previsão de uma pena de prisão até cinco anos para quem partilhe ou contribua para a disseminação deste tipo de conteúdos e, também, com a previsão da obrigação de denúncia e bloqueio de conteúdos aplicáveis aos portadores intermediários de serviços em rede. Olhando para a letra da lei, resulta muito claro que estas plataformas têm o dever de denúncia e que estamos perante um crime público, caso elas divulguem as imagens. Mas permitam-me que vos diga, Sr.^{as} e Srs. Deputados: isto não é suficiente. Apesar de esta lei estar em vigor desde 1 de junho do ano passado, continuamos a ter grupos e plataformas, como é o caso do *Telegram*, com mais de 70 000 pessoas que diariamente rasgam a lei que aqui foi aprovada.

Hoje mesmo, questionada por mim no âmbito da sua audição, a Sr.^a Procuradora-Geral da República não soube sequer dizer quantas comunicações foram feitas pelo *Telegram* ou pela *Meta* com conteúdos

potencialmente qualificáveis como violência sexual com base em imagens, conforme manda e determina a dita lei, mesmo sendo crime público a sua divulgação por parte destas plataformas.

Esta é a pergunta que se impõe: ninguém viu?

Ninguém leu a notícia? O próprio Ministério Público não está a prosseguir a sua investigação? E porque é que a Sr.^a Procuradora-Geral da República não respondeu?

É que, infelizmente, em Portugal, as mulheres continuam a ser julgadas pela sua liberdade; ou, pior, a ver limitado e violado o seu consentimento. E não podemos deixar que estes grupos nas redes sociais deixem as mulheres de pés e mãos atados, como disse, aliás, Inês Martinho, uma das vítimas deste tipo de violência, que criou a página *Não Partilhes*.

Muito está por fazer, mesmo quando uma lei existe e a partilha deste tipo de conteúdos continua a mudar por completo a forma como a sociedade vê a vítima, sem que, no entanto, se altere um milímetro a forma como olhamos para o agressor, a forma como olhamos para os mais de 70 000 homens que partilham este tipo de conteúdo.

Não basta mudar a lei, é preciso mudar o paradigma. Por isso mesmo, o PAN dá hoje entrada de duas iniciativas que procuram fazer esse caminho e combater este fenómeno criminal preocupante. Por um lado, propondo a realização de um conjunto de audições a governantes e entidades públicas, incluindo as plataformas *Telegram* e *Meta*, para que em conjunto se possa promover uma maior reflexão, cuidada e alargada, sobre como prevenir e combater a violência sexual. Por outro lado, para que se levem mudanças concretas, com canais de denúncias e respostas especializadas de apoio às vítimas, que não têm sequer qualquer apoio a nível da saúde mental quando sofrem com este tipo de ações.

A violência machista, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não pode, de todo, continuar a prevalecer sobre os direitos das mulheres, e o Parlamento não pode virar as costas a esta realidade.

Aplausos do BE, do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.^a Deputada tem dois pedidos de esclarecimento, a que informa pretender responder em conjunto.

Tem a palavra, para um primeiro pedido de esclarecimentos, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, quero-lhe agradecer por ter trazido a debate este tema sobre a violência sexual com base em imagens.

Recordar-se-á de que, na Legislatura anterior, o Bloco de Esquerda apresentou uma iniciativa legislativa sobre isto, tendo em vista a criação do crime de produção ou partilha não consensual de material íntimo ou manipulado. Infelizmente, essa iniciativa acabou rejeitada, com os votos contra do PS e do PSD, mas talvez consigamos fazer caminho nesta Legislatura, tendo em conta os vários casos que têm vindo a público, a reflexão que tem sido feita e, como certamente nos preocupa a todos e a todas, o facto de existirem em Portugal espaços digitais onde mais de 60 000 predadores sexuais divulgam imagens não consentidas de mulheres.

Isto é intolerável e, creio eu, deve o legislador refletir sobre as ferramentas jurídicas que existem nos nossos institutos, que existem no nosso Código Penal, mas também sobre a forma como a sociedade portuguesa, o Estado português, a República Portuguesa, enfim, o conjunto dos países se relacionam com as grandes plataformas digitais e como podem ou não ser responsabilizadas por alojarem pornografia de vingança, que visa, sobretudo, minorizar, subalternizar as mulheres e atentar contra a sua autodeterminação. Por isso, estamos certos de que não só há caminho para fazer como seria bom que nesta Legislatura se fizesse.

Como saberá, é do nosso entendimento que o crime de divulgação ampla deve ser público, porque não deve pesar sobre a vítima o duríssimo encargo emotivo e social de apresentar a queixa; a sociedade deve proteger a denúncia e deixar evidente que quem divulga material pornográfico registado sem consentimento, de forma ampla, deve ser punido por isso, com a segurança de que será um crime público.

Portanto, pergunto à Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real se está disponível ou não para que, nesta Legislatura, se faça um caminho para introduzir as alterações ao Código Penal português que vemos necessárias para defender as vítimas deste hediondo crime.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, obrigada por ter trazido este tema a debate.

Nas últimas semanas fomos confrontados com duas notícias que nos chocam pela gravidade da situação, mas também pela ordem de grandeza da quantidade de pessoas que estão envolvidas. Uma é exatamente esta, a de um grupo de *WhatsApp* ou *Telegram* onde estão 70 000 homens a partilhar conteúdos privados e a minorizar mulheres; a outra é a notícia do julgamento que está a acontecer em França, muito por obra da coragem da vítima, que ousou denunciar e tornar público este julgamento de uma violação em massa por quase 100 homens de uma comunidade.

Portanto, estes crimes chocam-nos, também pela dimensão de homens envolvidos, e isto leva-nos a uma pergunta, que, na verdade, tem a ver com a educação e a educação para a igualdade de género e para o respeito, pelo que volto à questão da educação para a cidadania e desenvolvimento.

Além de todo o trabalho que tem de ser feito no combate à ciberviolência — nós também apresentámos um projeto de lei, no ano passado, a propósito da criminalização da ciberviolência, do combate à partilha de conteúdos ilegais —, é preciso combater também o problema de base, que é, de facto, o de uma misoginia que continua a existir na sociedade, não só portuguesa, mas mundial. É preciso combater esta violência machista que continua a existir, e, portanto, a minha pergunta é esta: além das iniciativas relacionadas com a partilha de conteúdos que não são autorizados e o combate à ciberviolência, vamos também trabalhar em questões de educação para a cidadania, de igualdade de género, para resolver o problema que está na base e na raiz de tudo isto?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, dispondo para o efeito de 3 minutos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, agradeço ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo e também à Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes pelas duas questões.

De facto, na Legislatura passada, foi uma pena que o processo que quer o Bloco quer o PAN trouxeram a debate tenha ficado pelo caminho, pelas mãos do PS e do PSD, inclusive naquela que era a dimensão de tornarmos o crime de violação como crime público. Porque, como bem lembrou agora a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, o caso francês deve evidenciar-nos — e bem — porque é que isto não é apenas uma questão da vítima; é uma questão de toda a sociedade quando temos crimes absolutamente grotescos como o que aconteceu em França ou como o que se está a passar em Portugal, em que mais de 70 000 homens, de forma absolutamente alarve, estão a partilhar conteúdos privados.

E, aqui, temos duas dimensões: por um lado, a do aperfeiçoamento do Código Penal, que, em nosso entender, deve efetivamente ser melhorado, porque pese embora, no caso das plataformas, se possa retirar da letra da lei que é crime público, não é bem clara a expressão da letra da lei; por outro, no caso da vítima, continuamos a ter de fazer depender essa denúncia da vítima, não sendo crime público.

Há também uma outra questão, que é a questão terminológica. Continuamos a ouvir falar em «pornografia de vingança» quando imagens não consentidas de uma mulher que são expostas não se trata de pornografia, é uma violação dos mais basilares direitos à sua intimidade, à sua privacidade e até à sua sexualidade. E quando temos, inclusivamente, imagens de crianças, isto tem de nos mobilizar a todas e a todos para mudar, de uma vez por todas, o Código Penal — e recorde-me de que, na altura, se discutiu que esta matéria deveria estar precisamente nos crimes sexuais, e não apenas na devassa da vida privada ou do direito à imagem, porque estamos a falar de algo bem mais gravoso do que apenas a violação do direito à imagem, que evidentemente também tem de ser protegido.

Parece-nos, por isso, que existe não só uma dimensão do ponto de vista penal, mas também a questão, que trazemos nestas nossas duas propostas, de um plano nacional de ação de formação, o que vai também ao encontro daquilo que foi referido pela Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes e que tem a ver com um plano nacional de formação para os diferentes profissionais, desde os magistrados do Ministério Público aos agentes das forças de segurança, às escolas, aos professores. Não podemos continuar a ter um paradigma de educação ou um

preconceito conservador que olha para a disciplina de Cidadania — lá está! — com um preconceito ou com um espartilho ideológico que se esquece que temos de ser educados para que meninas e meninos, homens e mulheres se respeitem mutuamente.

Uma rapariga ou uma mulher tem o direito de usar uma saia sem que ela seja levantada, sem que seja filmada no supermercado. E tem direito também a ter uma relação amorosa, uma relação sexual sem que seja exposta. Por isso mesmo, há aqui um caminho que nos parece importante: há uma dimensão e uma gravidade, até do ponto de vista da prevenção social — é para isso mesmo que servem o direito penal e as políticas públicas —, que, de uma vez por todas, têm de ser abordadas. E esperamos que, desta vez, quer o PS quer o PSD nos acompanhem, porque já ficou mais do que evidente, com este caso grosseiro, que não podemos continuar a olhar para estes crimes como sendo uma questão meramente privada. É uma questão de todas e de todos nós.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito obrigado, Sr.^a Deputada. Chegámos ao fim das declarações políticas e passamos, então, ao ponto quatro da ordem de trabalhos, que consiste em votações.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos votar o Projeto de Resolução n.º 249/XVI/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Tenerife e a Las Palmas.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN e a abstenção do CH.

Segue-se a votação do Projeto de Resolução n.º 256/XVI/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Dublin.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L, do CDS-PP e do PAN e a abstenção do CH.

Vamos agora votar dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados. Peço ao Sr. Secretário da Mesa, Jorge Paulo Oliveira, o favor de os ler.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o primeiro parecer é o seguinte: a solicitação do Tribunal Central de Instrução Criminal - TCIC - Juiz 1 – Lisboa, processo 152/16.8TELSB, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Deputado André Rijo (PS), a prestar depoimento presencialmente, na qualidade de testemunha, no âmbito dos autos em referência.

Segundo parecer: a solicitação do Centro de Arbitragem Administrativa, processo 385/2024-T, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Deputado José Costa (PS), a prestar depoimento por escrito, na qualidade de testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito obrigado, Sr. Secretário.
Não havendo pedidos de palavra, vamos votar os dois pareceres em conjunto.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

Ainda antes do final da reunião plenária, o Sr. Secretário vai passar a ler o expediente relativo às iniciativas entradas.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, informo a Câmara de que entraram na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, as seguintes iniciativas: as Propostas de Lei n.ºs 16/XVI/1.^a (GOV) — Regulamenta os ensaios clínicos de medicamentos para uso humano e 17/XVI/1.^a (GOV) — Estabelece um novo quadro regulamentar de investigação clínica e os respetivos estudos de desempenho; e ainda os Projetos de Resolução n.ºs 263/XVI/1.^a (CH) — Realização de um referendo sobre o estabelecimento de limites máximos para a concessão de autorização de residência e sobre o estabelecimento de quotas de imigração, 265/XVI/1.^a

(CH) — Pela prevenção do suicídio jovem e [266/XVI/1.^a](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo o alargamento de cuidados de saúde em primeira linha a mulheres com cancro nos ovários.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, a próxima sessão plenária será a 18 de setembro, na próxima quarta-feira, às 15 horas. A ordem do dia consiste em dois pontos: um primeiro ponto relativo à votação do Projeto de Deliberação n.º 8/XVI/1.^a (PAR) — Concessão do processo de urgência à Proposta de Lei n.º 13/XVI/1.^a; o segundo ponto refere-se à apreciação da Interpelação ao Governo n.º 2/XVI/1.^a (CH) — O estado dos estabelecimentos prisionais.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 1 minuto.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.